

Relatório de Análise da Atividade Bancária

Associação Portuguesa de Bancos

2021 | Anual



Índice

Nota Introdutória	4
Sumário Executivo	5
I. Enquadramento Macroeconómico	7
II. Análise das Instituições Financeiras Associadas	10
III. Recursos Humanos	12
III.1. Evolução	12
III.2. Atividade de formação	15
IV. Indicadores de Cobertura Bancária	18
IV.1. Rede de balcões em Portugal	18
IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior	24
IV.3. ATMs e <i>homebanking</i>	25
IV.4. POS	27
V. Análise de <i>performance</i>	28
V.1. Análise de balanço	28
V.2. Análise da demonstração de resultados	42
V.3. Análise fiscal e parafiscal	50
VI. Análise de solvabilidade	54
VII. Indicadores de Produtividade	56
VIII. Análise da Atividade Internacional	61

Nota Introdutória

O Relatório de Análise da Atividade Bancária é uma publicação da Associação Portuguesa de Bancos (APB) que analisa, em termos agregados, a atividade bancária desenvolvida pelas instituições financeiras suas associadas (IFs)¹. A 31 de dezembro de 2021, a APB representava 24 Associados, dos quais faziam parte 30 instituições financeiras, representando 96% do valor total do ativo bancário consolidado português.

A análise efetuada no Relatório de Análise da Atividade Bancária abrange a atividade desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (através de escritórios de representação e sucursais) pelas instituições financeiras (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) que integram o conjunto de Associados da APB e tem por base um agregado de informação, de carácter financeiro e não financeiro, obtido pelo somatório simples das demonstrações financeiras individuais e de outros indicadores de cada uma das instituições. Em relação à atividade internacional e solvabilidade, a análise efetuada tem por base dados consolidados.

Adicionalmente, as análises efetuadas centram-se na atividade bancária de 2021, numa base comparativa com o triénio anterior. Em conjunto com a presente publicação é disponibilizada, em formato excel, a informação agregada, de carácter financeiro e não financeiro, das instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB.

O Relatório de Análise da Atividade Bancária referente a 2021 baseia-se na informação apresentada por 21 Associados (27 instituições financeiras). Sempre que a análise apresentada se baseie num número de Associados diferente da amostra, essa situação é devidamente indicada.

¹ Ao longo do Relatório de Análise da Atividade Bancária a referência a Instituições Financeiras diz respeito aos Bancos associados da APB.

Sumário Executivo

O ano de 2021 ficou marcado por uma forte recuperação económica da generalidade das economias face a 2020, que se consubstanciou num crescimento do PIB mundial de 6,1%, que compara com -3,1% em 2020. Esta recuperação acentuou-se depois da terceira vaga da pandemia, que se verificou no primeiro trimestre do ano, e resultou da implementação bem-sucedida do processo de vacinação contra a COVID-19, sobretudo nas economias mais desenvolvidas, que permitiu o levantamento das medidas de contenção adotadas no contexto da pandemia.

Este ano ficou também marcado por pressões inflacionistas, especialmente na segunda metade do ano, que se deveram fundamentalmente a desequilíbrios entre a oferta e a procura na economia, num contexto de recuperação económica caracterizado pela subida do preço da energia e restrições nas cadeias de distribuição globais. Como resposta às pressões inflacionistas, a maioria dos bancos centrais aumentou as taxas de juro de referência e/ou reduziu o nível de acomodação da política monetária.

A generalidade dos mercados acionistas registou valorizações expressivas suportadas pela retoma económica face à melhoria da situação pandémica e as *yields* de dívida pública registaram uma tendência ascendente. No mercado cambial, o euro depreciou-se face às principais divisas, refletindo a prossecução de uma política monetária mais expansionista por parte do BCE, face a outros bancos centrais. No mercado interbancário, as taxas Euribor mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do ano. O enquadramento macroeconómico favorável, conjugado com o aumento dos custos relacionados com a transição energética, conduziu a uma forte recuperação do preço do petróleo.

A economia portuguesa cresceu 5,5% em 2021 após a forte contração de 8,3% registada em 2020. Contudo, esta evolução não ocorreu de forma homogénea, já que a evolução do contexto pandémico ainda levou a um confinamento obrigatório durante o primeiro trimestre. O aumento do PIB resultou do contributo positivo, líquido de importações, de todas as componentes, sendo de destacar o aumento expressivo das exportações de bens e serviços, em resultado da recuperação da componente de viagens e serviços, que, no entanto, permaneceu significativamente abaixo do valor de 2019. O Índice de Preços no Consumidor evidenciou uma tendência ascendente na segunda metade do ano, tendo sido o agregado relativo aos produtos energéticos o que mais contribuiu para esta subida. Por sua vez, a taxa de desemprego retomou a trajetória decrescente, tendo caído para 6,6% em 2021. O mercado acionista recuperou das perdas ocorridas durante o primeiro impacto da pandemia, tendo o PSI20 valorizado 13,7% em termos homólogos. Por sua vez, a *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, no mercado secundário, subiu 42 p.b., para 0,49% no final do ano.

Apesar da recuperação económica acima das expectativas, o contexto em que se desenvolveu a atividade do sector bancário manteve-se desafiante tendo em conta a manutenção de taxas de juro negativas; a necessidade de implementação de novos e exigentes normativos legislativos e regulamentares; os riscos associados aos desenvolvimentos relacionados com a transformação digital dos serviços financeiros, nomeadamente em termos de cibersegurança; da transição para uma economia sustentável e da necessidade de ajustamento dos modelos de negócio face às novas necessidades dos clientes bancários num contexto de concorrência acrescida. Ainda assim, a rentabilidade do sector registou, em 2021, uma forte recuperação, que se ficou a dever, sobretudo, à diminuição do fluxo de imparidades para crédito, que tinham sido constituídas para acomodar os efeitos da pandemia, e ao aumento do produto bancário.

Na sequência da evolução positiva dos empréstimos líquidos a clientes e de um aumento muito expressivo de caixa e disponibilidades em bancos centrais, o ativo agregado das instituições financeiras registou um aumento de 7,4% face ao ano anterior totalizando cerca de 383 mil milhões de euros. Os empréstimos a clientes (valores brutos) registaram uma subida de 3,8% face a 2020. Os empréstimos a empresas e Administração Pública continuaram a registar uma dinâmica positiva, tendo crescido 2,9%, mas verificou-se uma desaceleração face ao crescimento verificado em 2020. Os empréstimos a particulares para habitação mantiveram a trajetória de recuperação iniciada em 2020 e subiram 4,5%. Apesar do enquadramento económico provocado pela crise pandémica, a redução do *stock* de NPL continuou a ser uma prioridade para o sector bancário português que, em 2021, prosseguiu a trajetória de redução que se vem registando desde 2016.

Do lado do passivo, num contexto em que a taxa de poupança se manteve em níveis elevados, continuou a verificar-se um aumento expressivo dos depósitos de clientes (+8,5% face ao ano anterior), que no final do ano representavam 70,3% na estrutura do financiamento das instituições financeiras. Adicionalmente, face ao conjunto de medidas atrativas implementadas em termos de política monetária, o financiamento junto do Eurosistema voltou a aumentar e a liquidez do sistema manteve-se em níveis extremamente confortáveis.

Em termos de solvabilidade, o rácio CET1 agregado situou-se em 15,6%, e o rácio de solvabilidade total em 18,0%, ambos praticamente estáveis face ao ano anterior, mas em níveis historicamente elevados.

I. Enquadramento Macroeconómico

Em 2021, a evolução da atividade económica ficou marcada pela recuperação pós-pandemia. O sucesso generalizado das campanhas de vacinação e o levantamento das medidas de contenção, apesar de alguns retrocessos por surtos locais e países que mantém uma política covid-zero, como é o caso da China, conduziram a um crescimento do PIB mundial de 6,1% (-3,1% em 2020), o valor mais elevado em 49 anos que permitiu superar a riqueza criada em 2019. Das maiores economias, todas registaram uma expansão, com EUA, China, Japão, Área do Euro, Reino Unido, Índia, Brasil e Canadá a crescerem 5,7%, 8,1%, 1,7%, 5,4%, 7,4%, 8,7%, 4,6% e 4,6%, respetivamente.

O ano de 2021 ficou também marcado pelo aumento da inflação, especialmente na segunda metade do ano. Este aumento está relacionado, fundamentalmente, com desequilíbrios entre a oferta e a procura na economia. Em primeiro lugar, a subida dos preços da energia, em virtude de uma maior restritividade da oferta de combustíveis fósseis, especialmente petróleo e gás, refletindo anos de investimento reduzido, assim como quebras na produção das renováveis, especialmente na Europa. Em segundo lugar, o aumento dos preços dos alimentos, especialmente impactante nas economias emergentes, em resultado de menores colheitas devido a questões climáticas e do aumento do preço dos fertilizantes. Adicionalmente, as consequências da pandemia, em concreto, as reduções temporárias de trabalhadores disponíveis e a transferência de alguma procura de serviços para bens, resultaram num conjunto de pressões que limitaram a oferta, tais como encerramentos de fábricas induzidos por surtos, restrições nos portos, congestionamento das vias de navegação marítima, falta de contentores e escassez de trabalhadores devido aos confinamentos.

Em dezembro de 2021, EUA, Área do Euro, Reino Unido, Índia, Brasil, Canadá e Rússia registaram taxas de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor de 7,0%, 5,0%, 5,4%, 5,7%, 10,1%, 4,8% e 8,4%, respetivamente. As exceções na subida significativa da inflação nas maiores economias foram China e Japão, com 1,5% e 0,8%, respetivamente.

A maioria dos bancos centrais aumentou a restritividade ou reduziu o nível de acomodação da política monetária, em resposta aos primeiros sinais de subida da inflação, que, ainda assim, alguns foram classificando como sendo um fenómeno “transitório” devido à pandemia. A Reserva Federal dos EUA, o Banco Central Europeu, o Banco de Japão, o Banco de Reserva da Índia e o Banco do Canadá mantiveram as taxas de juro de referência inalteradas, e, no último trimestre, reduziram o ritmo de compra de ativos. Enquanto o Banco de Inglaterra subiu a taxa de juro em apenas 15 p.b. na última reunião do ano (para 0,25%), o Banco Central da Rússia e o Banco Central do Brasil subiram as taxas de juro de referência de forma mais agressiva, em 425 p.b. (para 8,5%) e 725 p.b. (para 9,25%), respetivamente, ao longo do ano. Em sentido inverso, fruto do abrandamento económico resultante do endividamento no sector do imobiliário e da evolução da pandemia, o Banco Popular da China baixou a taxa de juro em 5 p.b. (para 3,80%) no mês de dezembro.

Em 2021, os índices S&P 500, Euro STOXX 50, FTSE 100 e Nikkei 225 fecharam o ano a subir 26,9%, 21,0%, 14,3% e 4,9% e 16,0%, respetivamente, enquanto nos mercados emergentes, o índice BSE Sensex 30 (Índia) fechou o ano a subir 22,0%. Em sentido inverso, os índices Shanghai Shenzhen CSI 300 e Bovespa (Brasil) fecharam o ano a cair 5,2% e 10,1%, respetivamente. No mercado cambial, o Dólar americano iniciou uma trajetória de apreciação face às principais moedas, com o U.S. Dollar Index a fechar o ano a subir 6,3%. Em sentido oposto, o Euro depreciou não só face ao Dólar americano (7,5%), mas também face à Libra esterlina (7,1%), ao Yuan chinês (-10,1%) e ao Real brasileiro (-1,2%),

apesar de ter apreciado 2,7% face ao yen japonês. As *yields* a 10 anos exibiram uma tendência ascendente, com o *US Treasury* a subir 60 p.b. para 1,51%, o *Bund* alemão a subir 40 p.b. para -0.18%, e o *Gilt* britânico a encerrar o ano em 0,97%, o que representa uma subida de 78 p.b.. Em relação ao preço do petróleo, o barril do *Brent* fechou o ano a subir 54,3%, para \$79,20/barril, registando uma cotação média anual de \$71/barril. Já o barril de *WTI*, também fechou o ano a subir 55,0%, para \$75,21/barril, com uma cotação média de \$68/barril.

Economia Portuguesa

Após a forte contração de 8,3%, registada em 2020, provocada pelas medidas de contenção à propagação do COVID-19, a economia portuguesa cresceu 5,5% em 2021. Em resultado da evolução do contexto pandémico, que ainda obrigou a um confinamento obrigatório durante o primeiro trimestre, a evolução do PIB não ocorreu de forma homogénea. No primeiro trimestre, o PIB registou uma redução de 4,9% em termos homólogos, mas no segundo, terceiro e quarto trimestres, o PIB subiu 17,0%, 5,0% e 6,6%, respetivamente.

De acordo com o INE, o aumento do PIB resultou do contributo positivo, líquido de importações, de todas as componentes. O Consumo Privado teve um contributo de 1,5 p.p. (-2,5 p.p. no ano anterior), o Consumo Público de 0,7 p.p. (contributo nulo no ano anterior), o Investimento (Formação Bruta de Capital) de 0,8 p.p. (-0,3 p.p. no ano anterior) e as Exportações de 2,4 p.p. (-5,5 p.p. no ano anterior).

As Exportações de bens e serviços, que tinham registado uma forte contração de 20,4% (em valor) em 2020, aumentaram de forma expressiva (20,1%), devido ao crescimento das Exportações de serviços (21,4%), em resultado da recuperação da componente de Viagens e serviços, que aumentou 30,4%, estando ainda, no entanto, significativamente abaixo do valor de 2019 (-45,0%).

A taxa de investimento² na economia continuou a subir, atingindo 20,3% em 2021, mais 1,1 p.p. que no ano anterior, devido aos aumentos, em termos nominais, de 13,2% da Formação Bruta de Capital Fixo e de 7,0% do PIB.

Após a diminuição de 7,8% em 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um aumento de 4,9% em volume. Com exceção dos outros serviços (-3,3%), onde se incluem as atividades culturais, desportivas, recreativas e serviços pessoais, todos os ramos contribuíram de forma positiva para este crescimento. Depois da forte contração verificada no ano anterior, as atividades de alojamento e restauração e os transportes e armazenagem apresentaram as maiores recuperações em 2021, com crescimentos de 11,1% e 9,4%, respetivamente, e contributos de 0,4 p.p. cada. Contudo, os maiores contributos absolutos para o crescimento do VAB tiveram origem nos ramos da administração pública, saúde e educação (0,9 p.p.), com crescimento de 4,4%, e comércio e reparação automóvel (0,6 p.p. de contributo e uma variação de 4,9%).

Apesar de ter registado uma variação média anual de 1,3% em 2021 – e de 0,8% no indicador de inflação subjacente, que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos –, o Índice de Preços no Consumidor evidenciou uma tendência ascendente na segunda metade do ano, com a taxa de variação homóloga a atingir 2,7% em dezembro (1,8% no indicador subjacente). O agregado relativo aos produtos energéticos foi o que mais contribuiu para esta subida, tendo aumentado 11,2%

² Medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB nominal.

em termos homólogos em dezembro, enquanto o índice referente aos produtos alimentares não transformados cresceu 3,2%.

As medidas de apoio à economia, incluindo medidas orçamentais, empréstimos abrangidos por moratórias e novos empréstimos concedidos com garantia pública, revelaram-se cruciais para limitar os efeitos do choque pandémico, e foram prolongadas em 2021. De acordo com o Banco de Portugal, em janeiro de 2021 existiam cerca de 45.700 milhões de euros de empréstimos em moratória – dos quais 43,8% concedido a particulares e 53,4% a sociedades não financeiras – montante que se foi reduzindo ao longo do ano, especialmente em setembro e outubro, período após o qual se tornou praticamente residual. Com base em dados do Risk Dashboard da EBA, Portugal foi o segundo país da União Europeia que mais concedeu este tipo de apoio em percentagem do PIB (23,4%), superado apenas pelo Chipre (42,8% do PIB) e seguido de Grécia (16,6%), Espanha (16,5%), França (11,2%) e Itália (10,5%). Por sua vez, os novos empréstimos concedidos a empresas não financeiras com recursos a garantia pública, com maturidade superior a um ano, atingiram, em 2021, os 2.057 milhões, somando 9.166 milhões de euros desde o início de março de 2020.

A taxa de desemprego retomou a tendência decrescente, tendo caído para 6,6% (-0,4 p.p.) em 2021, fixando-se em 6,3% no quarto trimestre (-1 p.p. em termos homólogos). A taxa de subutilização do trabalho³ também baixou (-1,6 p.p.) para 12,6% (11,7% no quarto trimestre), e as horas trabalhadas aumentaram 3,1%, após terem caído 8,6% no ano anterior. O emprego total subiu 2,7% (-1,9% em 2020), com a população empregada a fixar-se em números acima do nível pré-pandemia. As remunerações, que tinham estagnado em 2020, apresentaram um crescimento de 6,0% em 2021, que resulta de um aumento no emprego remunerado de 1,8%, conjugado com um aumento na remuneração média de 4,1%.

O país apresentou uma capacidade líquida de financiamento de 0,5% do PIB, após a necessidade de financiamento de 0,2% registada no ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se à subida da Poupança Bruta, ampliada pelo aumento de 81,6% do saldo das transferências de capital com o exterior relativos a fundos recebidos da UE para apoio a diversas medidas levadas a cabo no âmbito da pandemia COVID-19, que mais do que compensou o aumento de 15,5% da Formação Bruta de Capital. Contudo, a capacidade de financiamento das Famílias caiu para 3,2% do PIB (5,2% em 2020) e a sua taxa de poupança baixou para 9,8% do rendimento disponível bruto (11,9% no ano anterior).

Nas finanças públicas, o saldo orçamental melhorou mas continuou em terreno negativo, fixando-se em -2,9% do PIB (-5,8% em 2020), em resultado do aumento da receita com impostos sobre os produtos, em particular a receita de IVA que aumentou 12,2%. O rácio de dívida pública retomou a trajetória descendente, fixando-se em 125,5% do PIB no final de 2021 (134,9% no ano anterior).

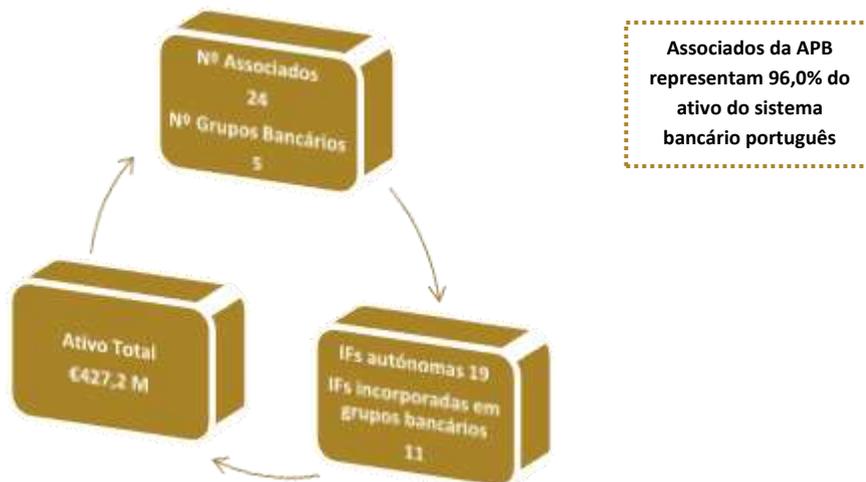
Os *ratings* da República Portuguesa mantiveram-se globalmente estáveis, tendo a Moody's subido o rating para Baa2. A *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, no mercado secundário, subiu 42 p.b., para 0,49% no final do ano, registando um máximo de 0,62% durante o mês de maio. O PSI-20 recuperou das perdas ocorridas durante o primeiro impacto da pandemia e fechou o ano com uma subida de 13,7% em termos homólogos.

³ Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

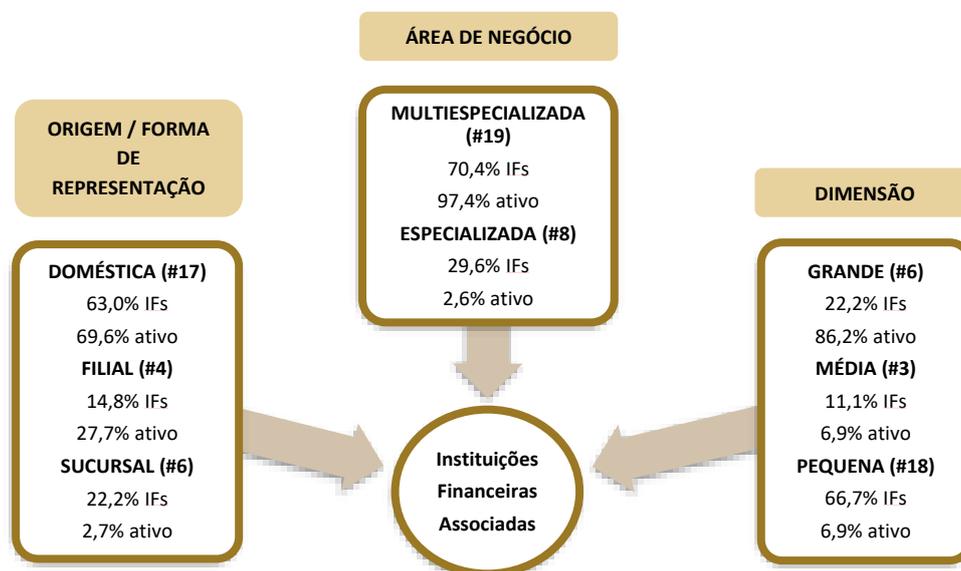
II. Análise das Instituições Financeiras Associadas

A 31 de dezembro de 2021, a APB tinha 24 Associados, dos quais faziam parte 30 instituições financeiras, que representavam 96,0% do ativo consolidado do sistema bancário português.

Figura 1: Caracterização dos Associados da APB⁴



Fonte: APB, Banco de Portugal. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2021 e baseiam-se na informação relativa à totalidade dos Associados da APB. Dados consolidados.

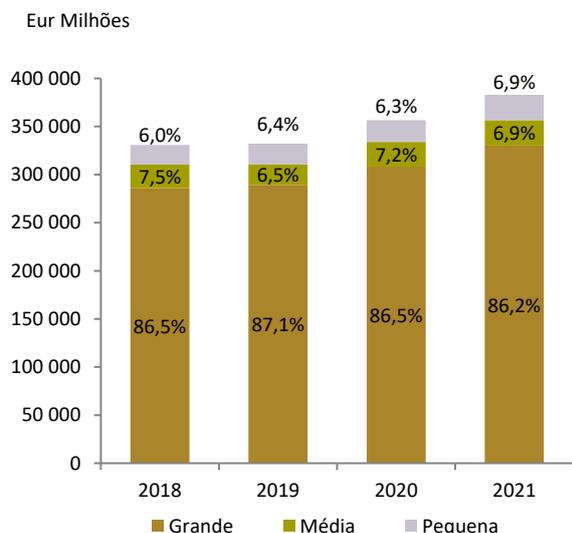


Fonte: IFs, APB. Dados referem-se a 31 de dezembro de 2021 e baseiam-se na informação apresentada por 21 Associados (27 instituições financeiras).

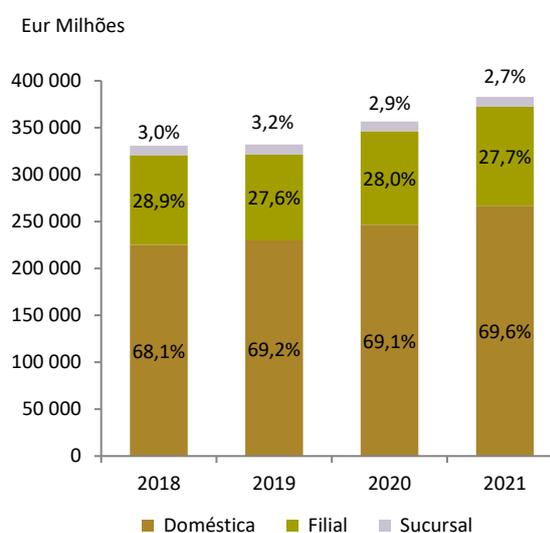
⁴ Instituições financeiras de grande dimensão representam 5% inclusive ou mais do ativo agregado; de média dimensão, representam entre 1% e 5%, e de pequena dimensão representam 1% inclusive ou menos do ativo agregado. A área de negócio das instituições financeiras é classificada como “Especializada” quando estas últimas se dedicam, numa base exclusiva ou maioritariamente, a uma das seguintes atividades: crédito ao consumo, crédito imobiliário, crédito automóvel, ou banca de investimento. Nos restantes casos, a área de negócio é classificada como “Multiespecializada”.

Gráfico 1: Evolução do ativo agregado

a) Por dimensão



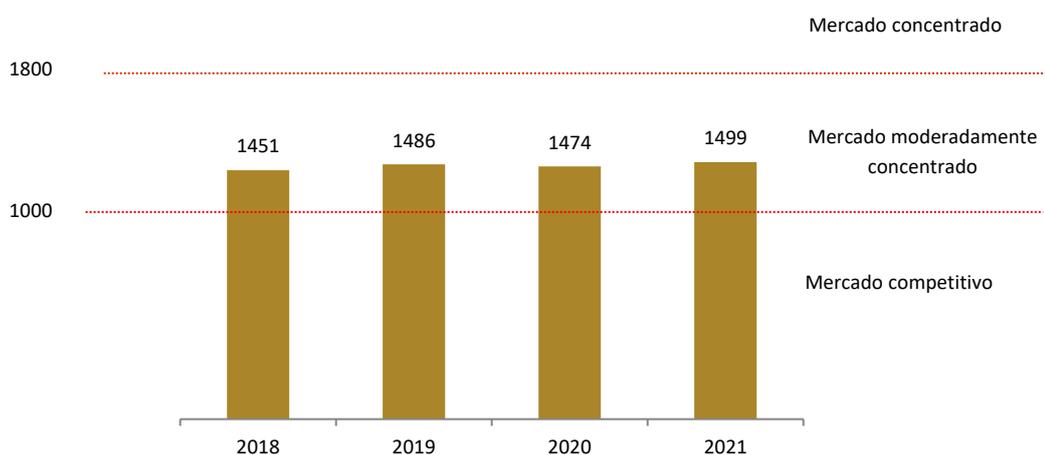
b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

As cinco maiores instituições financeiras detinham uma quota de mercado, em termos de ativo agregado total, de 81,0%. De acordo com o índice de *Herfindahl-Hirschman*⁵, o mercado é moderadamente concentrado (1.499), tendo diminuído 25 pontos face ao ano anterior.

Gráfico 2: Índice de Herfindahl



Fonte: IFs, APB.

⁵ Este índice foi obtido por via do somatório do quadrado das quotas de mercado, medidas em termos de ativo, das 27 instituições financeiras da amostra. Regra geral, um valor para o índice abaixo de 1000 indica pouca concentração, entre 1000 e 1800 concentração moderada, e acima de 1800 concentração elevada.

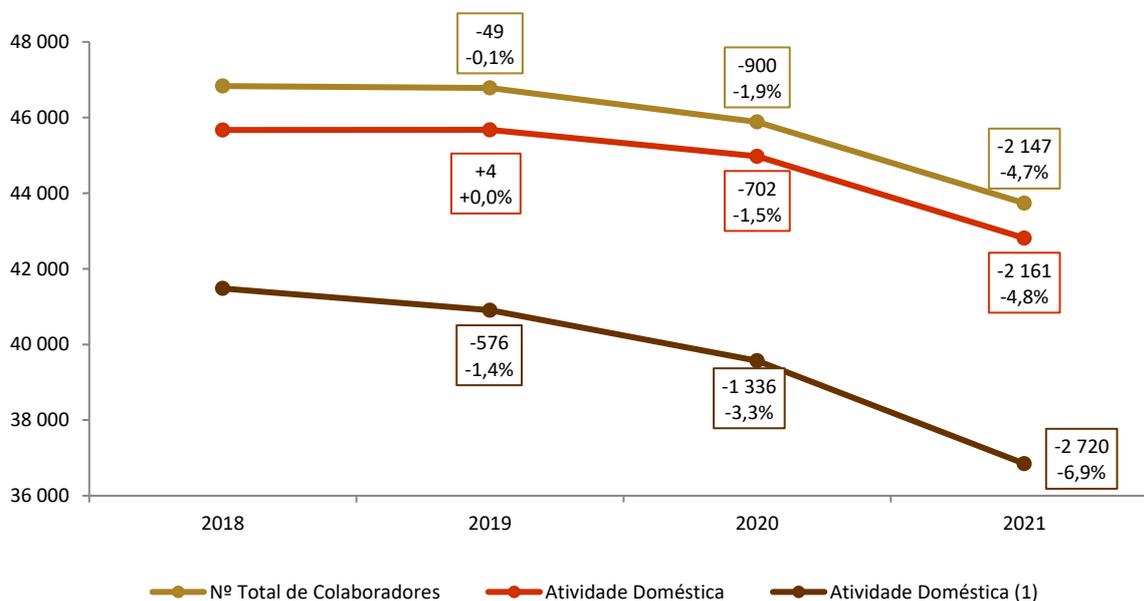
III. Recursos Humanos

III.1. Evolução

Em 2021, os Associados da APB empregavam 43.736 colaboradores, o que representa uma redução de 2.147 empregados face a dezembro de 2020. Do total de colaboradores, 42.812 desempenhavam funções afetas à atividade doméstica e 924 à atividade internacional⁶, na qual se verificou um aumento de 14 colaboradores, face ao ano anterior.

As instituições financeiras, em resposta aos desafios estruturais que enfrentam atualmente, continuam a implementar processos profundos de reestruturação dos seus negócios com o objetivo de aumentar a sua eficiência operacional, bem como os níveis de competitividade. Neste sentido, a evolução dos recursos humanos do sector bancário tem refletido a necessidade de responder aos desafios colocados pela digitalização, inovação tecnológica, maior nível de concorrência, e riscos acrescidos do ponto de vista operacional, como o cibercrime e o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Importa salientar que, à semelhança dos anos anteriores, os dados relativos aos recursos humanos se encontram influenciados pela realidade distinta de um Associado, com uma natureza de negócio muito específica, que tem continuado a proceder à contratação de pessoal.

Gráfico 3: Evolução do número total de colaboradores e variação percentual anual



(1) Excluído um Associado cuja natureza da atividade é muito específica.
Fonte: IFs, APB.

No que respeita ao perfil dos recursos humanos afetos ao sector, observou-se, em 2021, uma ligeira alteração na tendência observada nos anos anteriores verificando-se um aumento do peso dos colaboradores com funções de chefia, em detrimento dos colaboradores que desempenham funções

⁶ Inclui sucursais no exterior e escritórios de representação.

específicas. Mantiveram-se, no entanto, as tendências de anos anteriores nomeadamente no que diz respeito i) ao aumento da representatividade dos escalões de idade mais elevada (com idade igual ou superior a 45 anos); ii) ao aumento do peso dos colaboradores com formação académica superior; iii) ao aumento da representatividade do género feminino, que já representa mais de 51% do total de colaboradores e; v) ao ligeiro aumento da idade média dos colaboradores, que passou de 49,2 anos para 49,5.

Especificamente, no final de 2021, do total de colaboradores afetos à atividade doméstica das instituições financeiras associadas:



51,1% eram colaboradores do género feminino



54,0% pertenciam ao escalão etário com idade igual ou superior a 45 anos
Idade média dos colaboradores: 49,5 anos
Antiguidade média dos colaboradores: 21,0 anos



56,8% trabalhavam no sector há mais de 15 anos



68,4% tinham habilitações literárias de nível superior



53,3% exerciam funções específicas



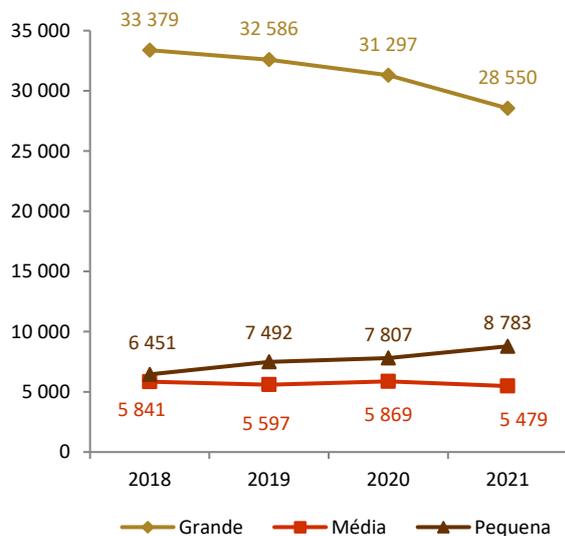
54,0% desempenhavam funções na área comercial



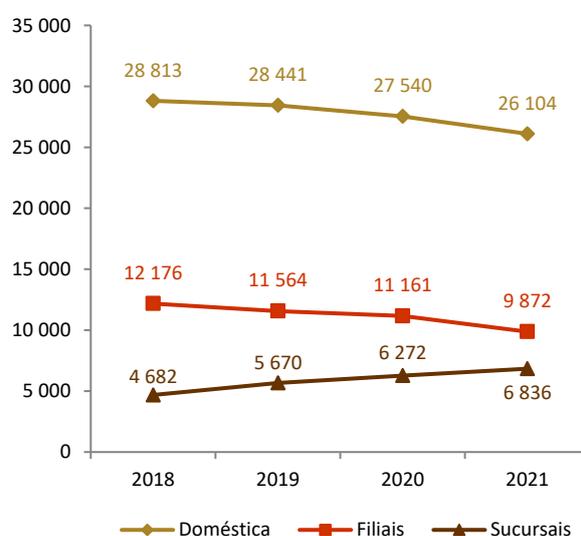
98,7% possuíam vínculo contratual efetivo

Gráfico 4: Evolução do número de colaboradores afetos à atividade doméstica

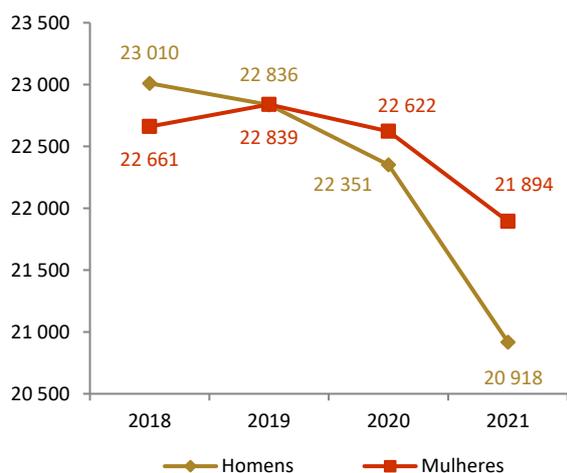
a) Por dimensão



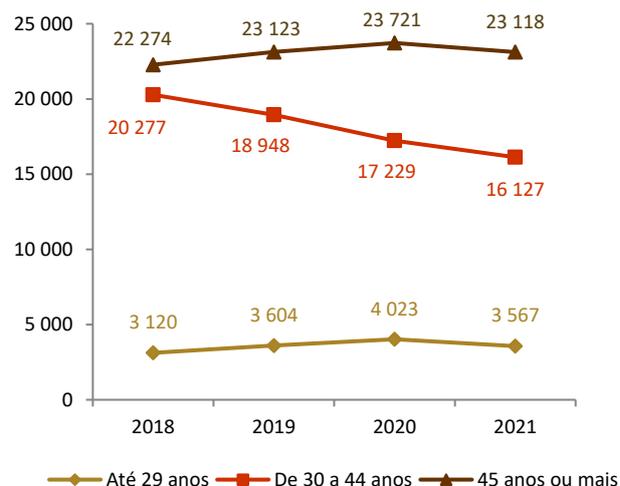
b) Por origem/forma de representação legal



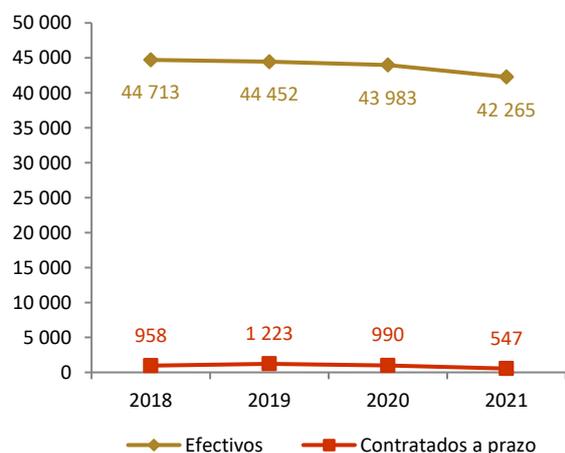
c) Por género



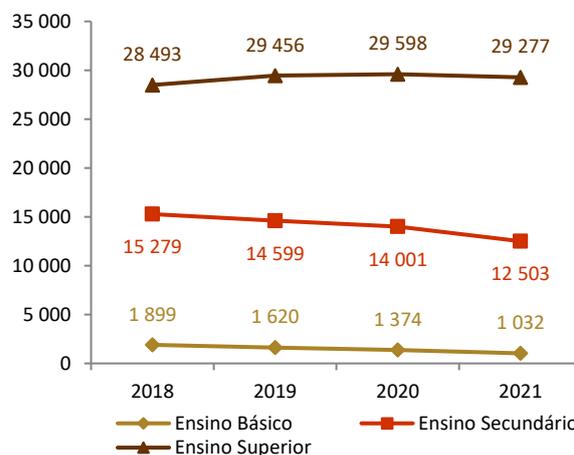
d) Por idades



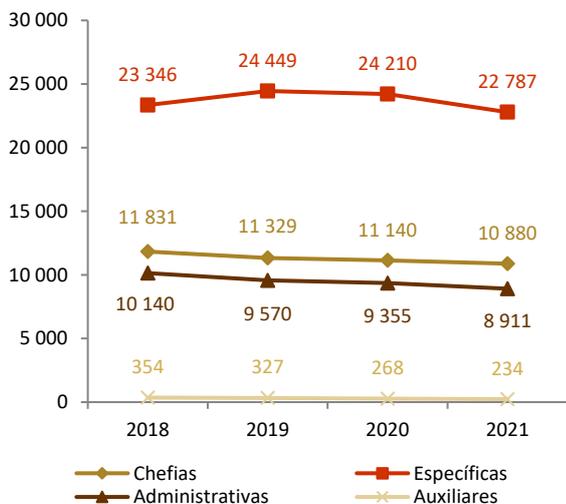
e) Por vínculo contratual



f) Por habilitações literárias

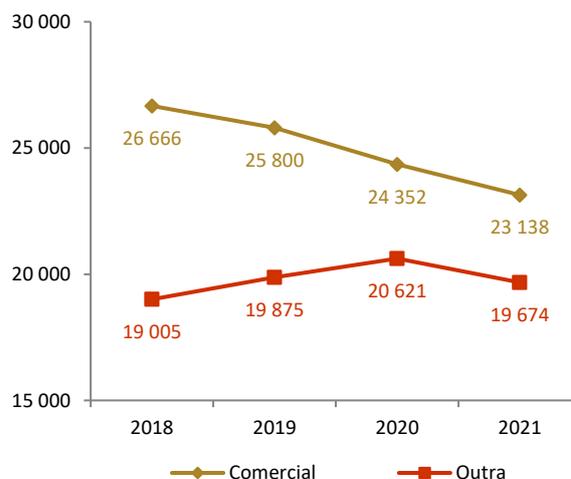


g) Por função

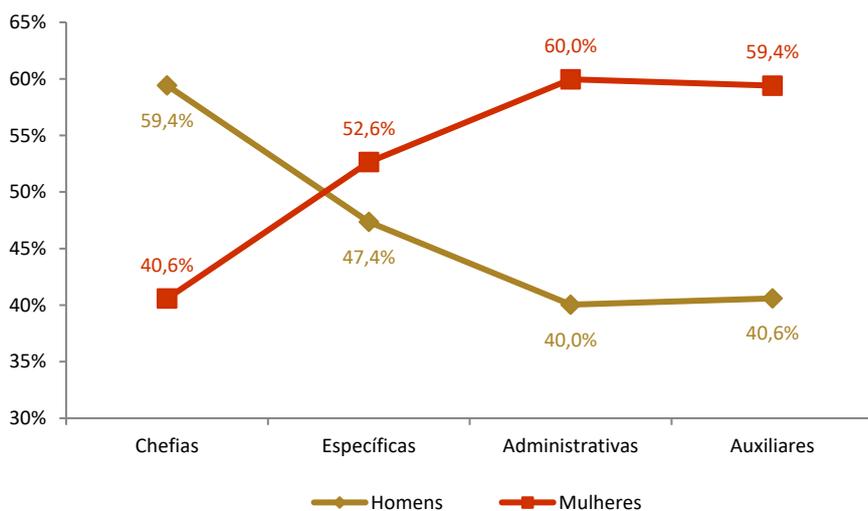


Fonte: IFs, APB.

h) Por atividade



i) Por função e género (2021)



Fonte: IFs, APB.

III.2. Atividade de formação⁷

Em 2021, o investimento em formação totalizou aproximadamente 11,7 milhões de euros, tendo correspondido a 1,0% dos gastos gerais administrativos. Os constrangimentos verificados nos dois últimos anos, relacionados com a crise pandémica, conduziram a alterações estruturais no recurso às metodologias de formação, tendo-se verificado um aumento da formação à distância e de *e-learning*. O desenvolvimento das qualificações dos colaboradores é um objetivo prioritário para o sector bancário, sobretudo face aos desafios associados da transformação digital do modelo de negócio, elevado nível de inovação, apoio à transição sustentável da sociedade, e maiores vulnerabilidades em termos de

⁷ Os indicadores relativos à formação dos recursos humanos reportam-se a uma amostra de 21 instituições financeiras.

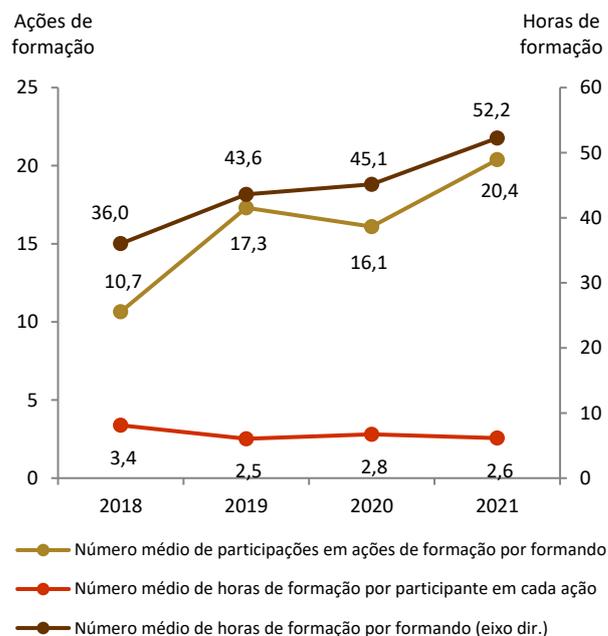
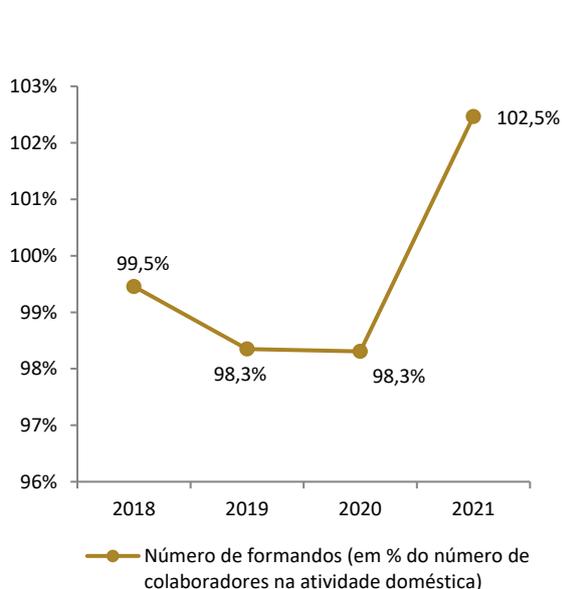
gestão de risco, controlo de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da cibersegurança.

Em 2021, no que respeita aos principais indicadores relativos à formação, importa destacar:

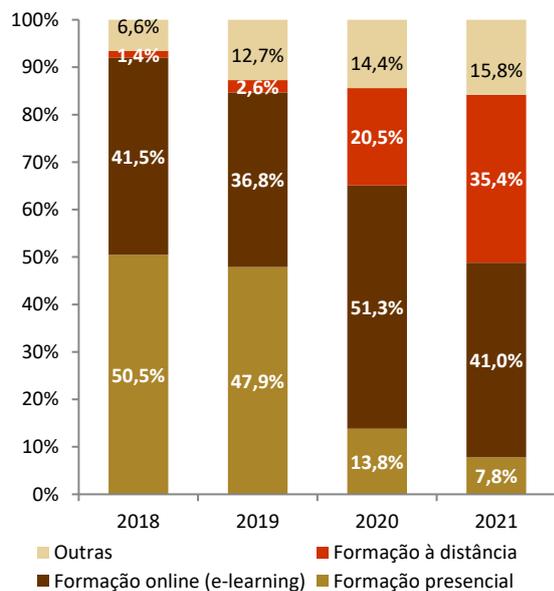
- Taxa global de formação: 102,5% - Rácio superior a 100% devido ao número de saídas de colaboradores que tiveram formação durante o ano
- Número de formandos: 43.226, -0,8% face a 2020
- Número total de horas de formação: 2.258.298 horas, +14,9% face a 2020
- Número médio de ações de formação por formando: 20,4 ações de formação (16,1 em 2020)
- Número médio de horas de formação por colaborador: 52,2 horas/ano (45,1 horas por ano em 2020)
- Ações de formação por tipo de modalidade: presencial – 7,8%; *e-learning* – 41,0%; à distância – 35,4%; outras modalidades de formação – 15,8%
- Ações de formação internas: 80,2% do total (88,7% em 2020)
- Custos com entidades formadoras externas: -12,4% face a 2020 (67,5% do total dos custos de formação)

Gráfico 5: Evolução da formação

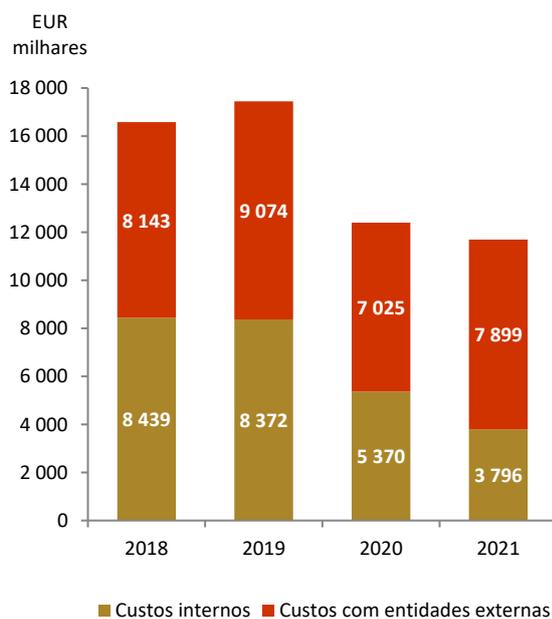
a) Número de formandos em % do número de colaboradores **b) Participações e horas em ações de formação**



c) Metodologias das ações de formação



d) Gastos com atividades de formação



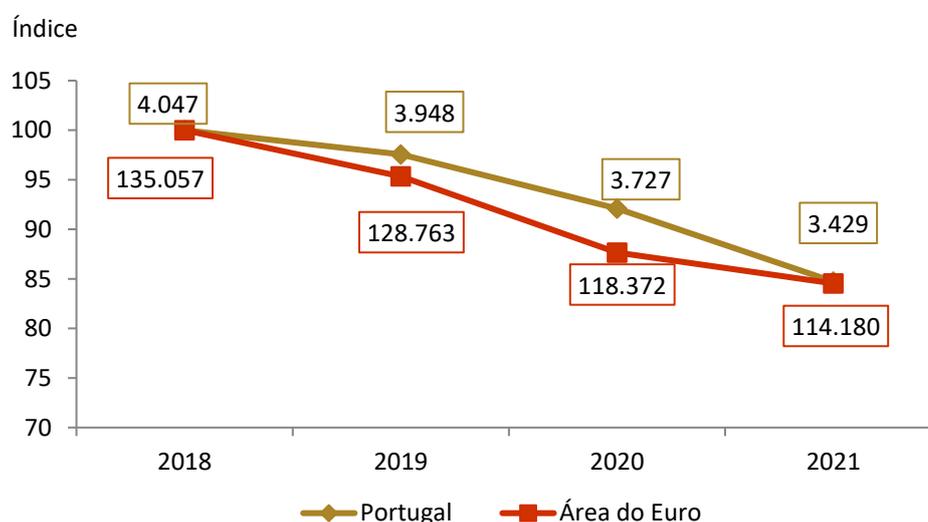
Fonte: IFs, APB.

IV. Indicadores de Cobertura Bancária

IV.1. Rede de balcões em Portugal

No final de 2021, a rede de balcões dos Associados era constituída por 3.429 balcões, tendo registado uma redução de 8,0% face ao ano anterior (ou seja, menos 298 balcões). A trajetória de descida manteve-se em 2021 e enquadra-se, por um lado, num processo de racionalização de recursos que está a ocorrer a nível global, e por outro, na adaptação dos modelos de negócio às novas necessidades dos clientes, em particular, a preferência pela utilização de meios eletrónicos, bem como o acesso ao banco através dos canais digitais, que tem vindo a aumentar de forma consistente. Em 2021, cerca de 64% dos utilizadores de Internet utilizavam *internet banking* o que compara com apenas 38% em 2010.

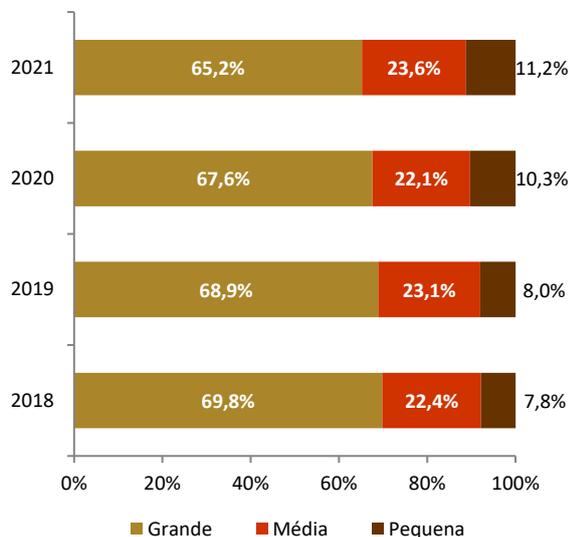
Gráfico 6: Evolução do número total de balcões (2018 = 100)



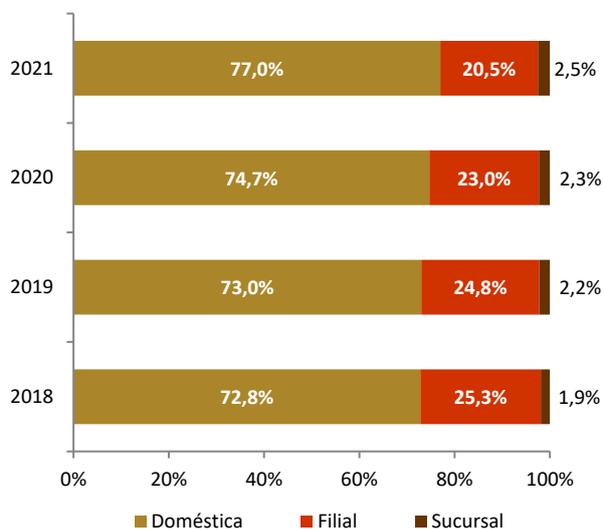
Fonte: IFs, APB e BCE.

Gráfico 7: Representatividade do número de balcões em Portugal a 31 de dezembro

a) Por dimensão



b) Por origem/forma de representação legal



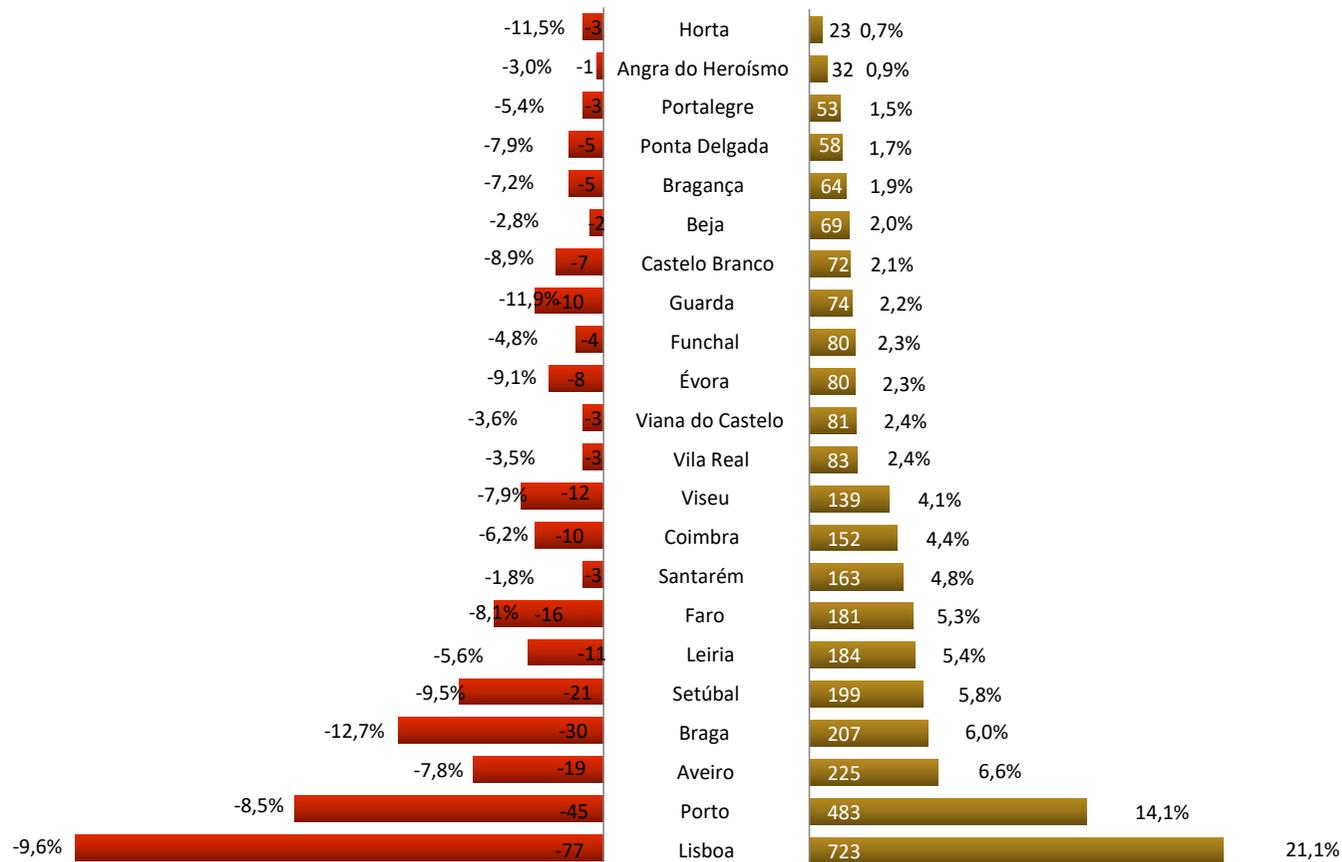
Fonte: IFs, APB.

Embora o encerramento de balcões tenha sido transversal à totalidade dos distritos, Lisboa e Porto continuaram a registar a variação anual mais significativa, tendo, em conjunto, representado cerca de 41% dos balcões encerrados em 2021.

Gráfico 8: Rede de balcões, por distrito, em 31 de dezembro de 2021

a) Variação absoluta e percentual do número de balcões em termos homólogos

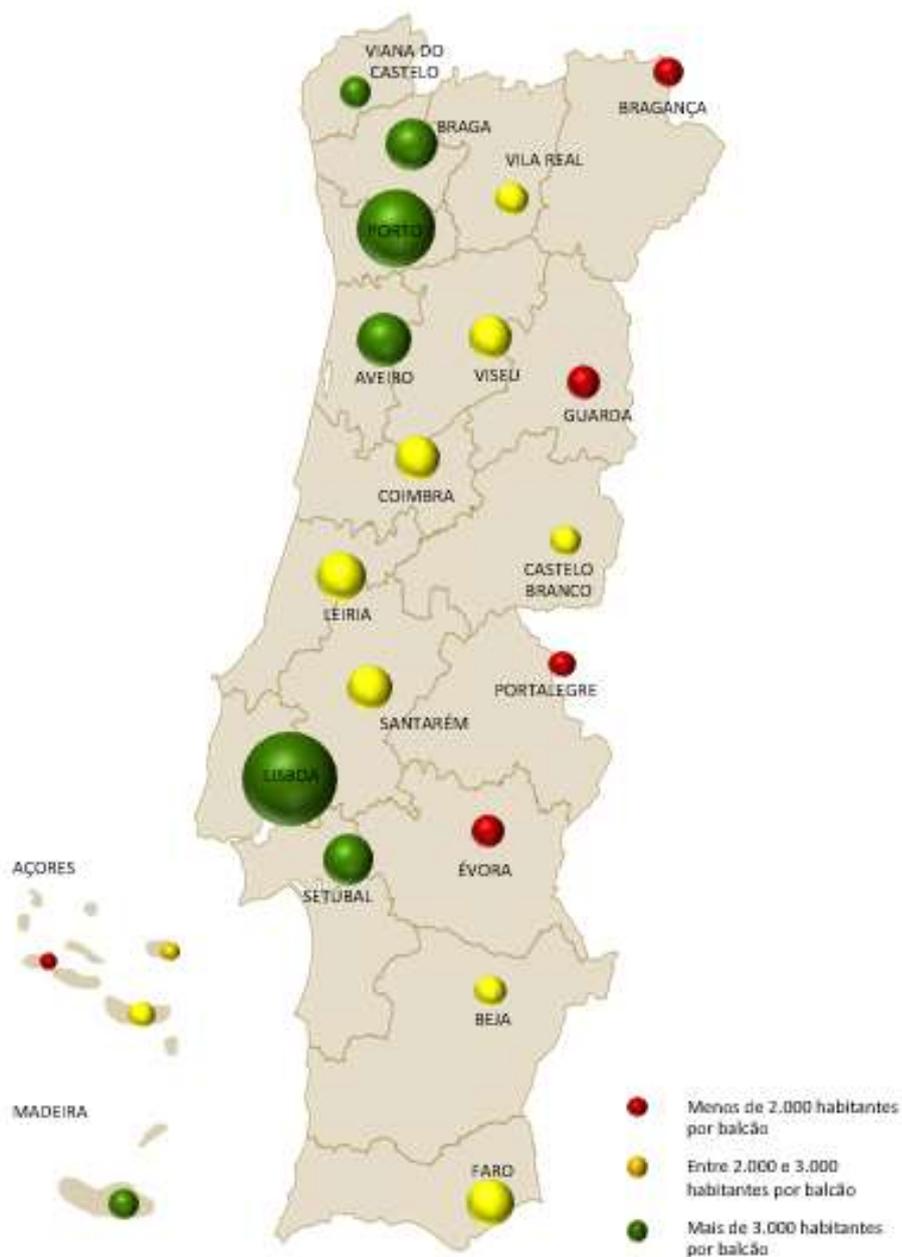
b) Distribuição da rede de balcões em termos absolutos e percentuais



Fonte: IFs, APB.

Nota: Não inclui 4 balcões móveis.

Figura 2: Distribuição dos balcões e do número de habitantes por balcão, por distrito, a 31 de dezembro de 2021

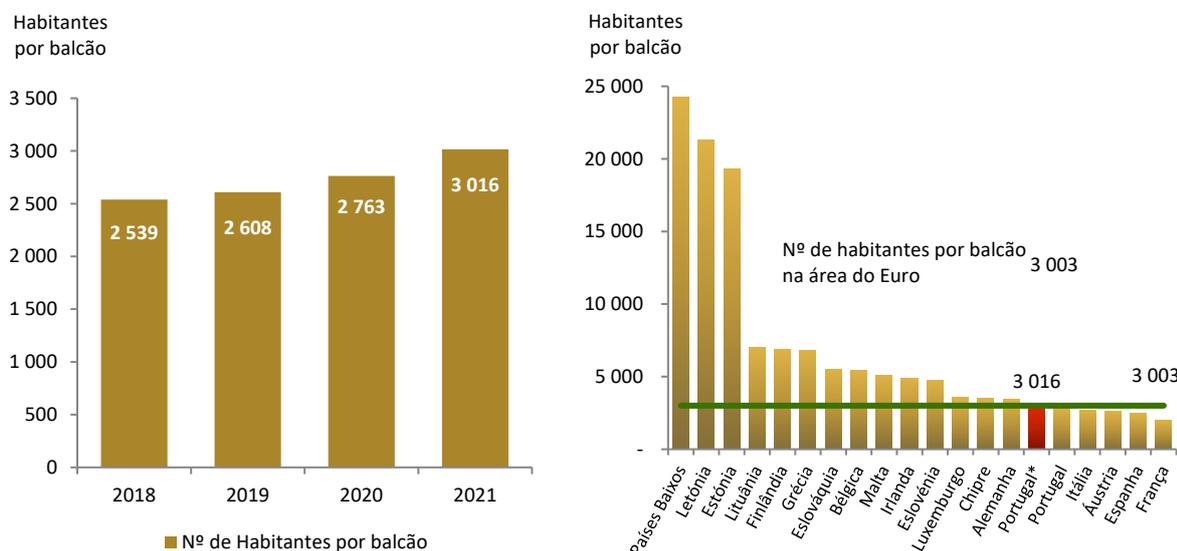


Fonte: IFs, INE, APB.

Nota: O tamanho das bolhas é indicativo do número absoluto de balcões existentes no respetivo distrito, enquanto a cor reflete o número de habitantes por balcão. Não inclui 4 balcões móveis.

Em termos comparativos, as instituições financeiras associadas da APB apresentam um número de habitantes por balcão em linha com a média dos países da Área do Euro.

Gráfico 9: Evolução do número de habitantes por balcão



Fonte: IFs, APB, INE.

Fonte: Eurostat, BCE (incluindo dados para Portugal).
*Dados dos Associados da APB.

Gráfico 10: Número de habitantes por balcão, por distrito

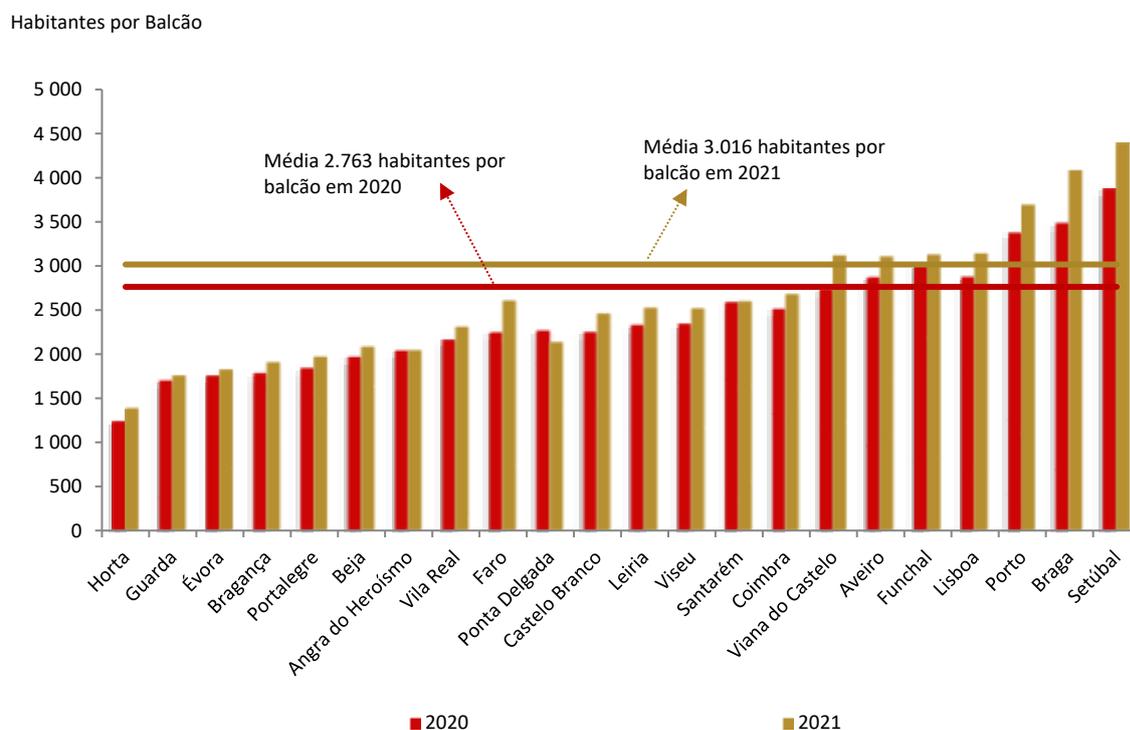
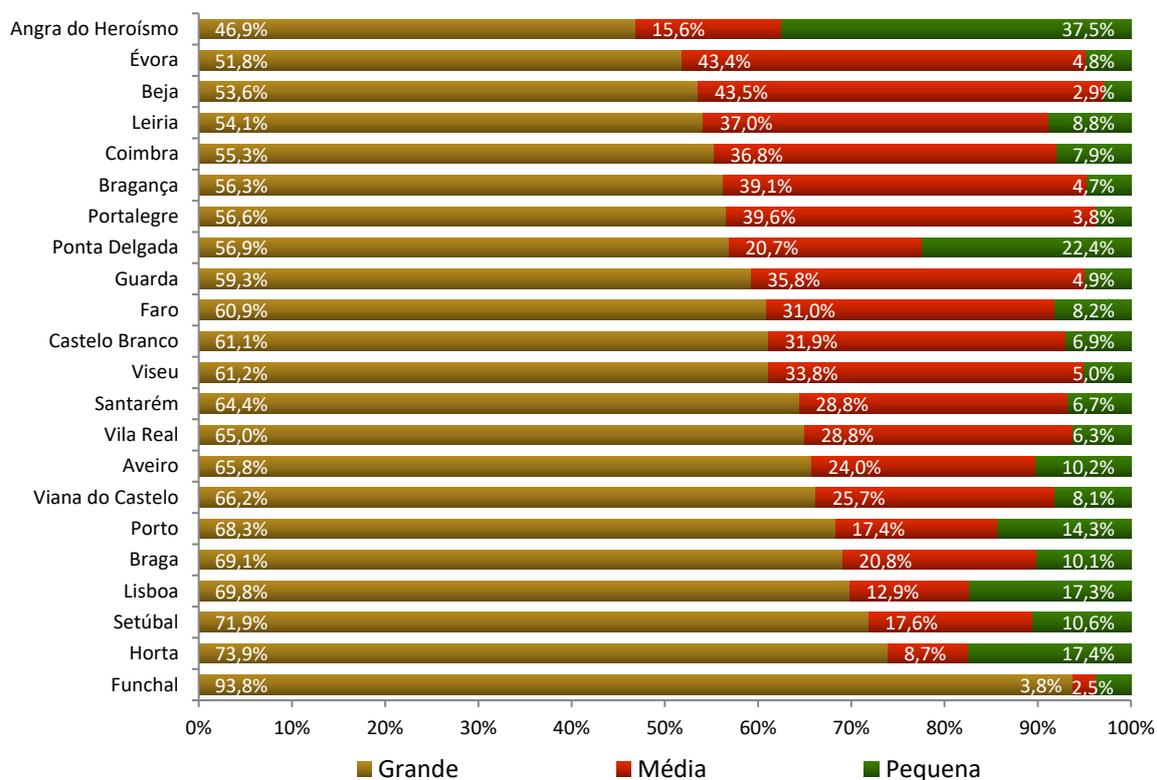


Gráfico 11: Distribuição da percentagem de balcões por dimensão das instituições financeiras, por distrito, a 31 de dezembro de 2021

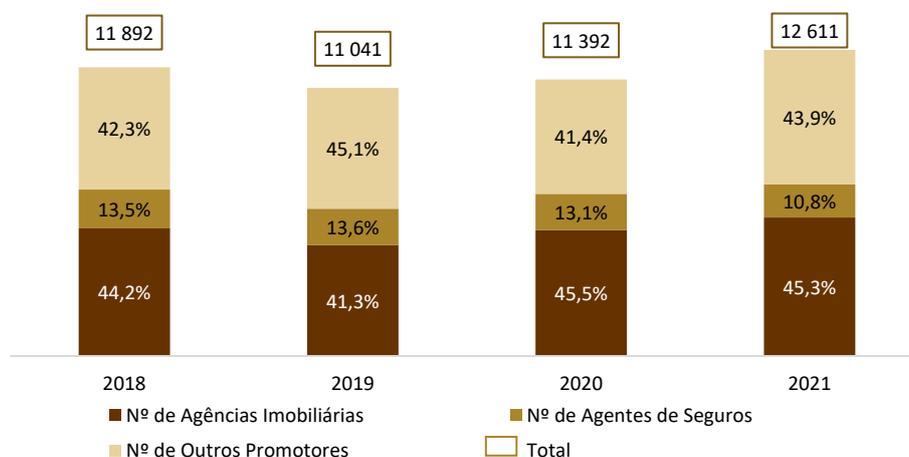


Fonte: IFs, APB. Não inclui 4 balcões móveis.

Promotores externos

As instituições financeiras também utilizam promotores externos como canal de comercialização dos seus produtos bancários, que não se encontram integrados na estrutura das instituições, tais como os mediadores imobiliários, os agentes de seguros e consultores financeiros.

Gráfico 12: Evolução do número e tipologia dos promotores externos

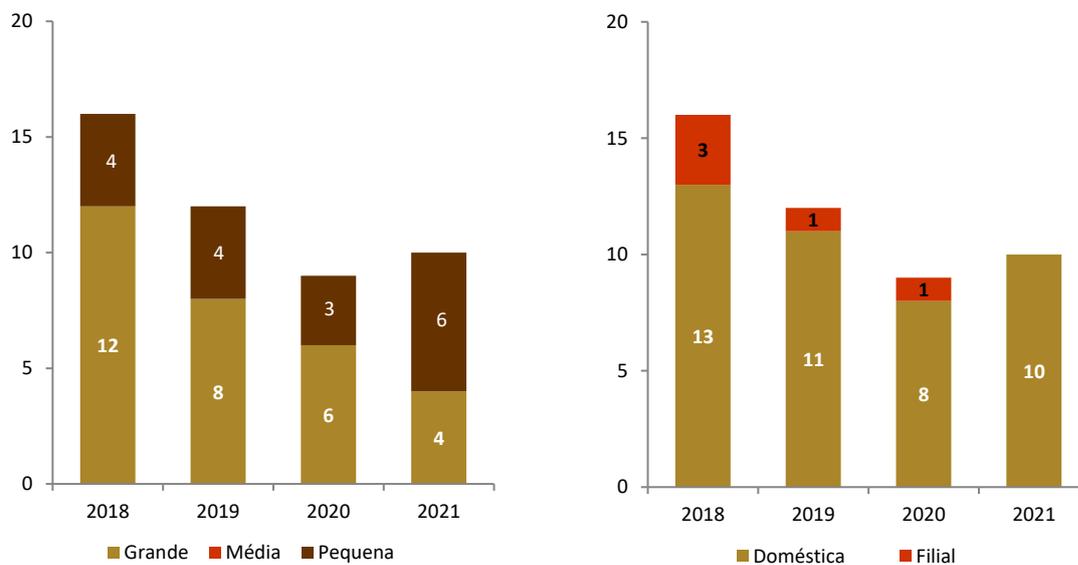


Fonte: IFs, APB.

IV.2. Sucursais e escritórios de representação no exterior

No final de 2021, as instituições financeiras detinham uma rede de sucursais e de escritórios de representação constituída por 42 unidades (-8,7% face a 2020): 26 unidades na Europa, 7 no continente americano, 6 na Ásia e 3 em África. As redes de sucursais e de escritórios de representação das instituições financeiras localizadas na Europa estão sobretudo concentradas na Suíça. A rede de sucursais no estrangeiro detém aproximadamente 62 balcões.

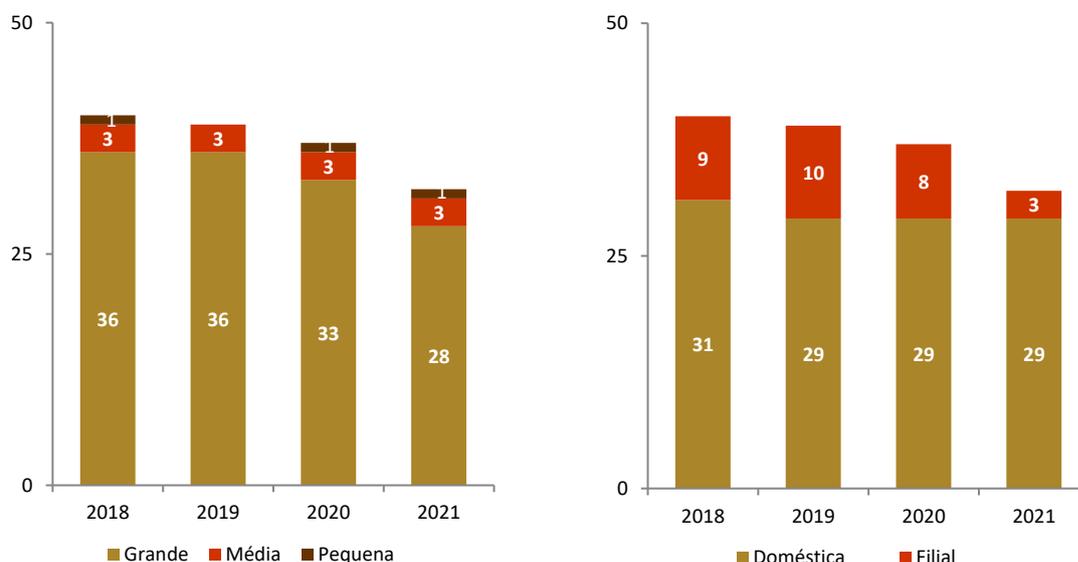
Gráfico 13: Número de sucursais no exterior (2018-2021)



Fonte: IFs, APB.

Nota: Na análise efetuada em 2021, não foram desagregados os balcões de sucursais no estrangeiro. Assim, a informação apresentada não é comparável com a apresentada no Boletim Informativo de 2020.

Gráfico 14: Número de escritórios de representação no exterior (2018-2021)



Fonte: IFs, APB.

IV.3. ATMs e homebanking

Em 2021, existiam 13.412⁸ ATMs⁹ pertencentes às instituições financeiras dos associados da APB, o que continua a corresponder a uma das taxas mais elevadas da Europa relativamente ao número de habitantes, apesar do decréscimo de 5,2% face a 2020. Dos terminais ATMs dos Associados, 85,8% estavam integrados no sistema Multibanco, enquanto os restantes 14,2% correspondiam a redes próprias. No último período, a representatividade das instituições financeiras dos associados da APB na rede Multibanco situou-se em 92%.

A crise pandémica traduziu-se na necessidade de implementação de um novo confinamento em 2021 embora com características menos restritivas ao nível da mobilidade das pessoas o que poderá ter justificado uma ligeira recuperação das transações efetuadas através de ATMs. Estas transações registaram uma subida, em termos homólogos, quer em montante (7,9% em relação a 2020), quer em número (0,6% face a 2020). Relativamente ao valor de transações, verificaram-se acréscimos ao nível dos levantamentos (5,5%), das transferências (5,2%) e dos pagamentos de serviços (13,7%). Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos de serviços continuaram a registar uma descida (-4,1%), enquanto os levantamentos e as transferências registaram subidas de 1,4% e 5,3%, respetivamente. Contudo, verificou-se um aumento de 7,2% do valor médio por transação, para 109,81 euros.

⁸ Este valor inclui rede multibanco e rede própria das instituições financeiras dos associados da APB. Para efeitos da análise da rede de ATMs, a amostra totaliza 11 instituições financeiras associadas.

⁹ Automated Teller Machine.

Gráfico 15: Transações em ATMs

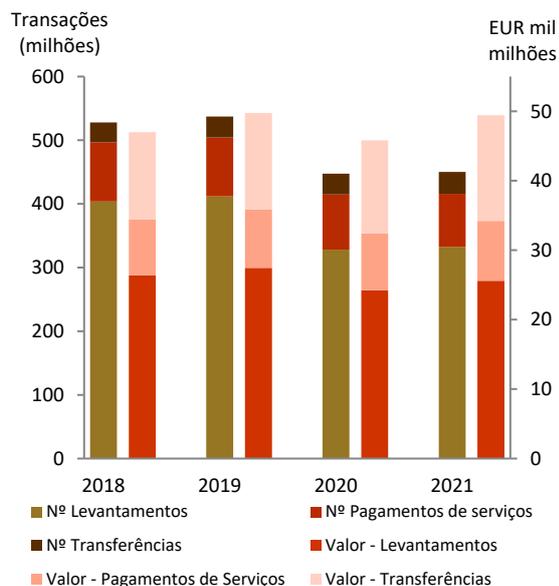
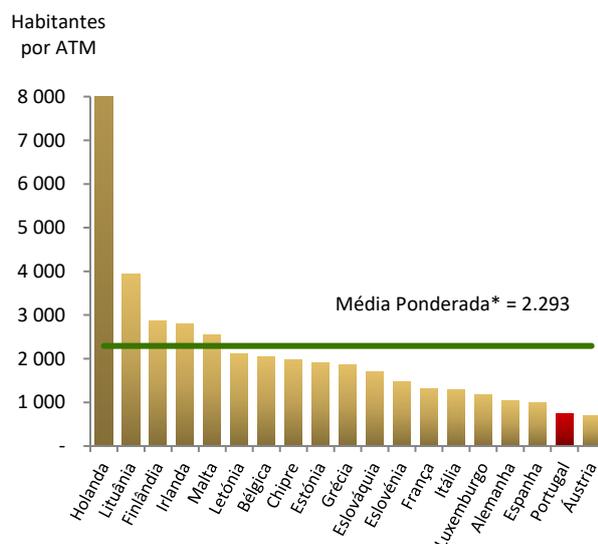


Gráfico 16: Habitantes por ATM na Área do Euro



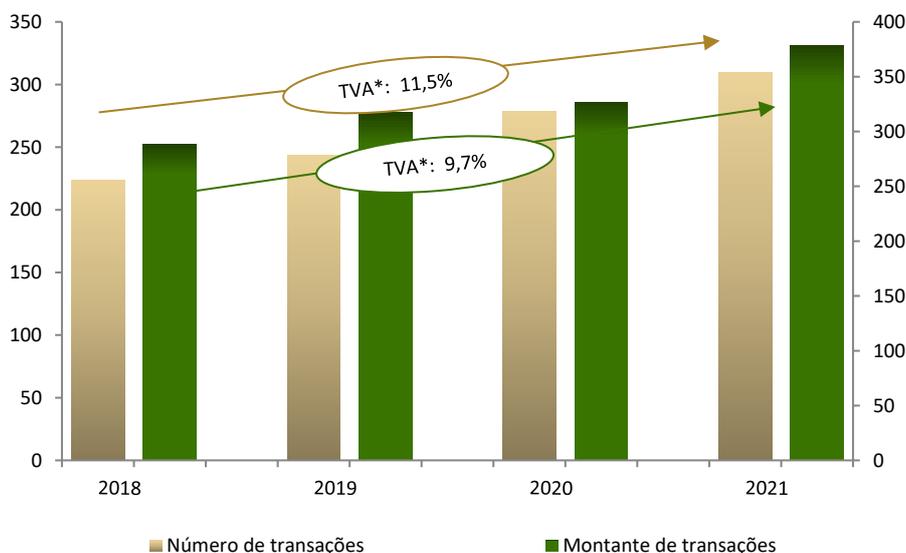
Em 2021, o número de utilizadores do serviço de *homebanking*¹⁰ situou-se em 6.513.952, tendo aumentado 10,3% em relação a 2020, o que reflete a utilização crescente da banca digital, tendência que conheceu um maior dinamismo fruto do contexto da crise pandémica iniciada em 2020.

O número e valor das transações realizadas no *homebanking*¹¹ aumentaram 11,5% e 9,7%, respetivamente. Relativamente ao valor de transações, os pagamentos de serviços registaram uma subida de 4,7% e as transferências tiveram um crescimento de 10,0%. Por sua vez, no que respeita ao número de transações, os pagamentos registaram uma taxa de crescimento de 17,2% e as transferências de 7,9%.

¹⁰ Para efeitos da análise do número de utilizadores de *homebanking*, só se dispõe de informação para 13 instituições financeiras associadas.

¹¹ Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (27 instituições financeiras associadas). Dados fornecidos pela SIBS.

Gráfico 17: Evolução do número e montante das transações realizadas através de homebanking



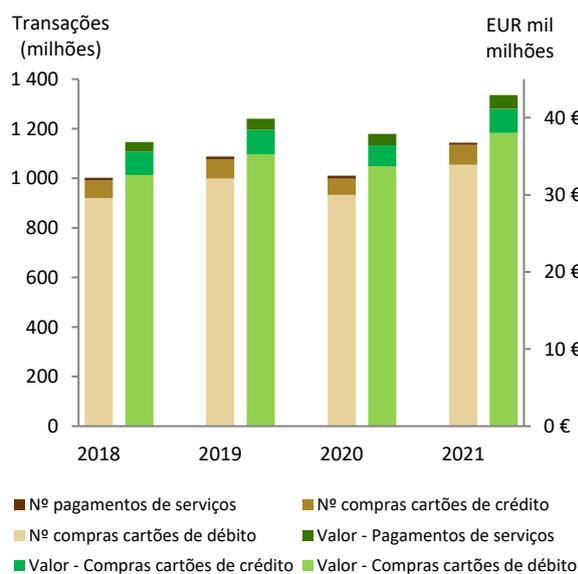
Fonte: SIBS.

Nota: *TVA - Taxa de variação média anual.

IV.4. POS¹²

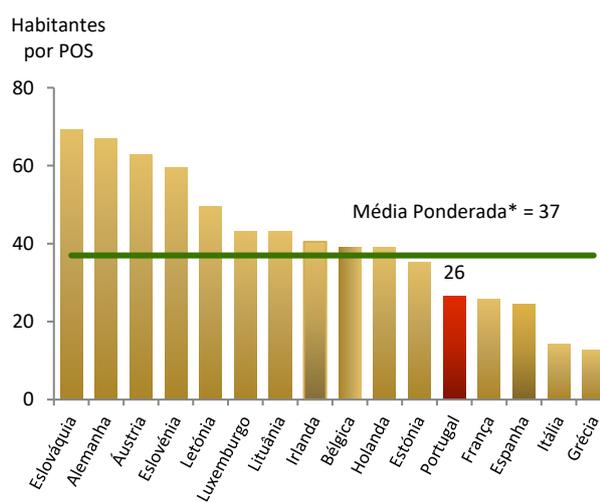
O aumento do número de POS^{13,14} instalados (+16,5% face a 2020) foi acompanhado por um incremento tanto do número de transações (13,2% face a 2020) realizadas através deste canal como do respetivo valor (13,3% face ao ano anterior), o que se justifica pelo alívio das medidas de isolamento e consequente aumento da mobilidade, após as restrições aplicáveis em 2020 devido à pandemia.

Gráfico 18: Transações em POS



Fonte: SIBS.

Gráfico 19: Habitantes por POS na Área do Euro



Fonte: Eurostat, BCE, APB.

Nota: *Média ponderada do número de habitantes por POS pela população de cada país. Não inclui Chipre, Finlândia e Malta.

¹² Point of Sale.

¹³ Para efeitos da análise da rede de POS, só se dispõe de informação para 11 instituições financeiras associadas.

¹⁴ Todos os dados relativos ao número e volume de transações abrangem a totalidade da amostra (27 instituições financeiras associadas).

V. Análise de performance

V.1. Análise de balanço

No ano de 2021, o ativo agregado das instituições financeiras apresentou um aumento de 7,4%, totalizando cerca de 383 mil milhões de euros. O peso do sistema bancário na economia aumentou para 189,1% do PIB (166,7% em 2020), mantendo-se, no entanto, em níveis inferiores aos registados antes da crise da dívida soberana, fruto do processo de desalavancagem da economia registado nos anos subsequentes.

Tabela 1: Composição e evolução da estrutura do ativo agregado, a 31 de dezembro (2018 – 2021)

	2018	2019	2020	2021
Caixa e disponibilidades				
Total (milhões €)	17 750	21 963	34 962	61 609
Taxa de variação anual	-	23,7%	59,2%	76,2%
Em % do total de ativo	5,4%	6,6%	9,8%	17,3%
Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados				
Total (milhões €)	20 945	19 720	16 262	11 253
Taxa de variação anual	-	-5,8%	-17,5%	-30,8%
Em % do total de ativo	6,3%	5,9%	4,6%	3,2%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral				
Total (milhões €)	32 306	33 115	35 228	32 029
Taxa de variação anual	-	2,5%	6,4%	-9,1%
Em % do total de ativo	9,8%	10,0%	9,9%	9,0%
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Total (milhões €)	230 043	232 285	245 274	255 677
Taxa de variação anual	-	1,0%	5,6%	4,2%
Em % do total de ativo	69,6%	69,9%	68,8%	71,7%
Outros ativos⁽¹⁾				
Total (milhões €)	29 726	25 015	24 888	22 307
Taxa de variação anual	-	-15,8%	-0,5%	-10,4%
Em % do total de ativo	9,0%	7,5%	7,0%	6,3%
Total de ativo	330 770	332 098	356 614	382 875
Taxa de crescimento anual	-	0,4%	7,4%	7,4%

Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Inclui: Derivados de cobertura, Variação do justo valor dos elementos abrangidos pela carteira de cobertura do risco de taxa de juro, Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ativos tangíveis, ativos intangíveis, ativos por impostos, outros ativos e Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda.

A evolução do ativo agregado reflete, sobretudo, o aumento muito expressivo de caixa e disponibilidades em bancos centrais (+76,2%), já que, as medidas de política monetária adotadas nos últimos anos pelo BCE contribuíram para o reforço significativo da liquidez do sector e, em menor grau, o aumento dos empréstimos totais (+3,2%).

Tabela 2: Composição da estrutura dos ativos financeiros, a 31 de dezembro (2018 – 2021)

	2018				2019				2020				2021			
	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total	Ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Total
Derivados ⁽¹⁾ (milhões €)	3 657	-	-	3 657	3 392	-	-	3 392	3 090	-	-	3 090	1 873	-	-	1 873
Em % do total	17,5%	-	-	1,5%	17,2%	-	-	1,2%	19,0%	-	-	1,0%	16,6%	-	-	0,6%
Instrumentos de capital próprio (milhões €)	6 068	1 177	-	7 245	5 054	1 040	-	6 094	4 285	905	-	5 190	3 793	820	-	4 613
Em % do total	29,0%	3,6%	-	3,1%	25,6%	3,1%	-	2,1%	26,3%	2,6%	-	1,7%	33,7%	2,6%	-	1,5%
Títulos de dívida (milhões €)	11 176	31 121	41 180	83 477	11 178	32 064	41 801	85 043	8 802	31 173	53 660	93 635	5 510	28 206	57 757	91 473
Em % do total	53,3%	96,3%	17,9%	36,3%	56,7%	96,8%	18,0%	29,8%	54,1%	88,5%	21,9%	31,6%	49,0%	88,1%	22,6%	30,7%
Empréstimos (milhões €)	44	8	188 863	188 915	96	11	190 484	190 591	85	3 150	191 614	194 849	77	3 003	197 920	201 000
Em % do total	0,2%	0,0%	82,1%	82,1%	0,5%	0,0%	82,0%	66,9%	0,5%	8,9%	78,1%	65,7%	0,7%	9,4%	77,4%	67,2%
Total	20 945	32 306	230 043	283 294	19 720	33 115	232 285	285 120	16 262	35 228	245 274	296 764	11 253	32 029	255 677	298 959

Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura

Tabela 3: Empréstimos a clientes, a 31 de dezembro (2018 – 2021)

	2018	2019	2020	2021
Empresas e administração pública				
Total (milhões €)	84 700	79 590	84 372	86 814
Taxa de variação anual	-	-6,0%	6,0%	2,9%
Em % do total de empréstimos a clientes	44,9%	42,6%	43,7%	43,3%
Particulares habitação				
Total (milhões €)	87 434	89 728	94 326	98 580
Taxa de variação anual	-	2,6%	5,1%	4,5%
Em % do total de empréstimos a clientes	46,3%	48,1%	48,8%	49,2%
Particulares consumo e outros fins				
Total (milhões €)	16 617	17 409	14 508	15 106
Taxa de variação anual	-	4,8%	-16,7%	4,1%
Em % do total de empréstimos a clientes	8,8%	9,3%	7,5%	7,5%
Total de empréstimos a clientes	188 751	186 727	193 206	200 500
Taxa de variação anual	-	-1,1%	3,5%	3,8%
Total de imparidades de empréstimos a clientes	(12 824)	(8 460)	(8 270)	(7 541)
Total líquido	175 927	178 267	184 936	192 959
Taxa de variação anual	-	1,3%	3,7%	4,3%

Fonte: IFs, APB.

Os empréstimos a clientes (valores brutos) registaram uma subida de 3,8% face a 2020. Os empréstimos a Empresas e Administração Pública continuaram a registar uma dinâmica positiva, tendo crescido 2,9%, mas verificou-se uma desaceleração face ao crescimento verificado em 2020, sobretudo nos sectores de atividade mais afetados pela pandemia, em particular no sector do alojamento e restauração, e no segmento das PME. O fim da moratória pública e a redução das novas operações associadas a linhas de crédito com garantia pública contribuíram para esta evolução.

Em 2021, os empréstimos à habitação mantiveram a trajetória de recuperação iniciada em 2020 e subiram 4,5% devido, essencialmente, ao crescimento dos novos empréstimos. De acordo com dados do Banco de Portugal, o crédito à habitação com taxas de juro variáveis continua a ser predominante representando cerca de 90% do *stock*. Contudo, desde o final de 2021, tem-se observado um aumento das novas operações de crédito à habitação com taxa de juro fixa ou mista.

Por sua vez, os empréstimos a particulares para consumo e outros fins registaram uma recuperação de 4,1% face a 2020, reflexo da evolução do consumo privado devido ao atenuar das medidas de confinamento implementadas como resposta à COVID-19. Contrariamente ao crédito à habitação, a maioria dos contratos de crédito ao consumo são formalizados com taxa de juro fixa.

Tabela 4: Qualidade dos ativos, a 31 de dezembro (2018-2021)

	2018				2019				2020				2021			
	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública	Total	Habituação	Consumo e outros fins	Empresas e administração pública
Non-performing loans (milhões €)	22 203	3 486	1 843	15 065	13 697	2 201	1 302	8 999	11 232	1 730	1 331	7 343	9 413	1 434	1 337	6 178
Rácio de NPL	10,2%	3,9%	12,8%	21,2%	6,2%	2,4%	8,5%	13,4%	5,5%	1,8%	8,8%	10,2%	4,5%	1,5%	8,8%	8,4%
Rácio de cobertura de NPL	52,4%	26,0%	61,0%	57,4%	52,8%	24,0%	62,2%	58,9%	56,7%	28,8%	71,0%	59,1%	54,3%	31,6%	71,3%	55,4%

Fonte: IFs, APB.

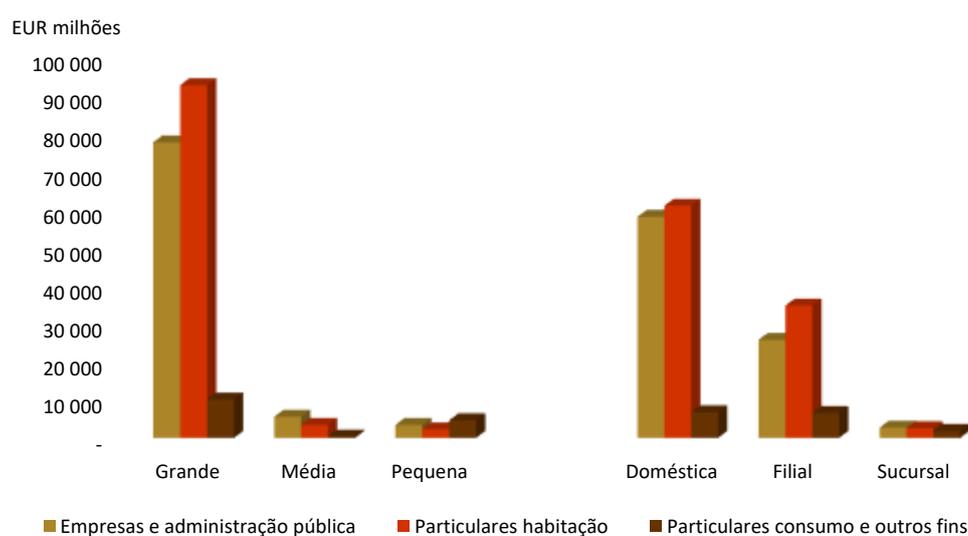
Apesar do enquadramento económico provocado pela crise pandémica, a redução do *stock* de NPL continuou a ser uma prioridade para o sector bancário português que, em 2021, prosseguiu a trajetória de redução que se vem registando desde 2016. Em relação ao ano anterior, os NPL diminuíram cerca de 1,8 mil milhões de euros, o que se deveu a vendas e abatimentos ao ativo, mas também ao aumento da carteira de crédito, tendo o rácio de NPL diminuído para 4,5%. Apesar de este rácio continuar num nível considerado ainda elevado face à média da Área do Euro (2,0% em dezembro de 2021), os progressos conseguidos na sua redução têm sido muito significativos. Em contrapartida, a qualidade creditícia dos empréstimos que beneficiaram de moratória apresentou sinais de deterioração, embora, de forma menos significativa do que o esperado no início da crise pandémica.

Os NPL das Empresas e administração pública, responsáveis por 65,6% da totalidade do montante de NPL das IF associadas, registaram uma descida de 15,9% face a 2020, tendo o rácio de NPL diminuído 1,8 p.p. para 8,4%. De acordo com o Banco de Portugal, o conjunto dos sectores mais afetados pela pandemia manteve um rácio de NPL bruto superior, apesar de também ter diminuído face ao final de 2020.

Em 2021, verificou-se uma ligeira redução da cobertura por imparidades, tendo o rácio descido 2,4 p.p., para 54,3%, mas que continua a comparar favoravelmente com a média da União Europeia. Esta evolução explica-se, entre outros fatores, pela redução de NPL em balanço com cobertura mais elevada.

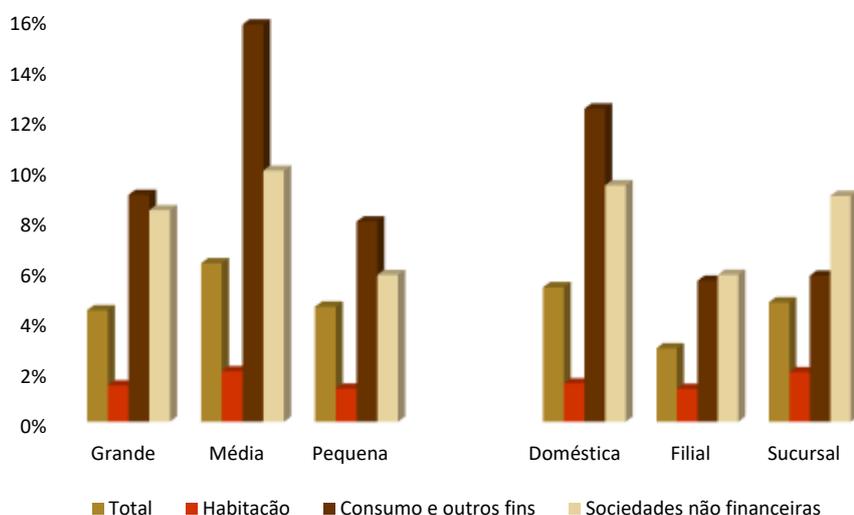
O rácio de cobertura de NPL nas SNF reduziu-se, para 55,4%, embora tenha aumentado nos sectores mais afetados pela pandemia e nos potencialmente mais afetados por aumentos de preço da energia e de outras matérias-primas.

Gráfico 20: Empréstimos a clientes, por dimensão e origem/forma de representação legal das IF's, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 21: Rácio de NPL por dimensão e origem/forma de representação legal das IF's, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Em 2021, a exposição a títulos de dívida registou uma redução de 2,3% face ao ano anterior que se justifica pela redução dos títulos de dívida avaliados a justo valor, que foi superior ao aumento dos títulos a custo amortizado, bem como pelo aumento do ativo. O peso dos títulos de dívida avaliados ao custo amortizado, ou seja, em que as variações de valor apenas são reconhecidas em balanço no momento de venda, situou-se em aproximadamente 15% do ativo. Esta carteira representa uma menor exposição à volatilidade do risco de mercado.

Relativamente aos títulos de dívida pública, verificou-se, neste ano, uma redução anual de 2,3% que veio contrariar a tendência verificada nos últimos anos, tendo o seu peso no ativo diminuído 1,5 p.p. face ao ano anterior, para 15,1%. Esta variação refletiu essencialmente a redução do peso dos títulos de dívida pública portuguesa e italiana.

Tabela 5: Composição da carteira de títulos de dívida, a 31 de dezembro (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Dívida pública				
Total (milhões €)	48 819	52 075	59 282	57 920
Taxa de variação anual	-	6,7%	13,8%	-2,3%
Em % do total	58,5%	61,2%	63,3%	63,3%
Outros emissores				
Total (milhões €)	34 659	32 968	34 353	33 553
Taxa de variação anual	-	-4,9%	4,2%	-2,3%
Em % do total	41,5%	38,8%	36,7%	36,7%
Total de títulos de dívida	83 478	85 043	93 635	91 473
Taxa de variação anual	-	1,9%	10,1%	-2,3%
Títulos de dívida pública em % do total de ativo	14,8%	15,7%	16,6%	15,1%

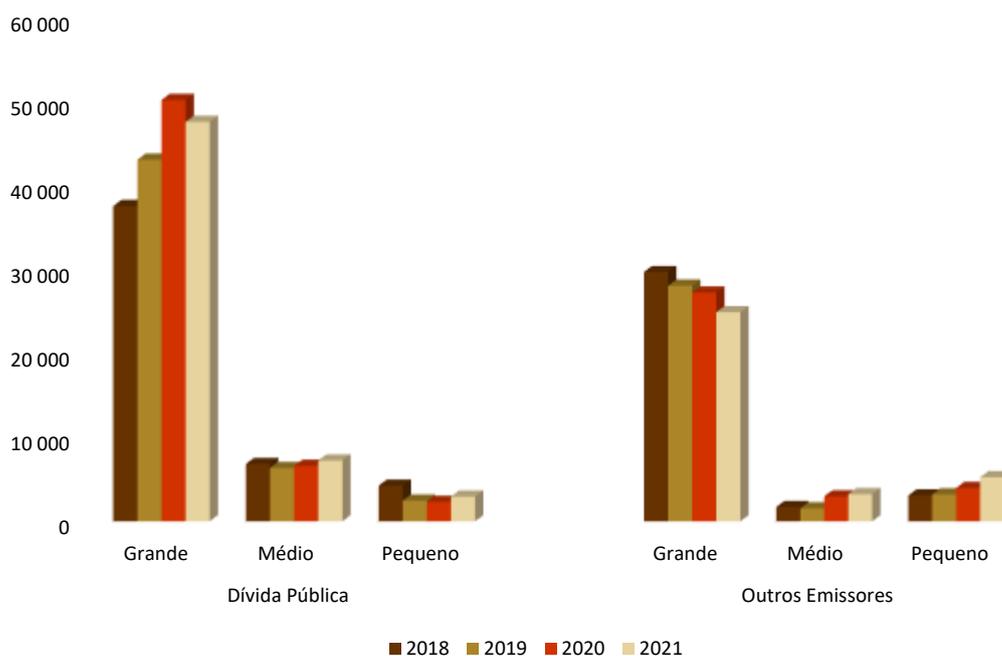
Fonte: IFs, APB.

Tabela 6: Composição dos títulos de dívida por carteira, a 31 de dezembro (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Dívida pública				
Justo valor através de resultados (milhões €)	5 791	5 879	3 819	920
Justo valor através de outro rendimento integral (milhões €)	26 527	26 976	26 086	22 422
Custo amortizado (milhões €)	16 501	19 220	29 378	34 578
Outros emissores				
Justo valor através de resultados (milhões €)	5 384	5 300	4 983	4 590
Justo valor através de outro rendimento integral (milhões €)	4 593	5 088	5 087	5 784
Custo amortizado (milhões €)	24 681	22 581	24 283	23 180
Total de títulos de dívida	83 478	85 043	93 636	91 473
Taxa de variação anual	-	1,9%	10,1%	-2,3%

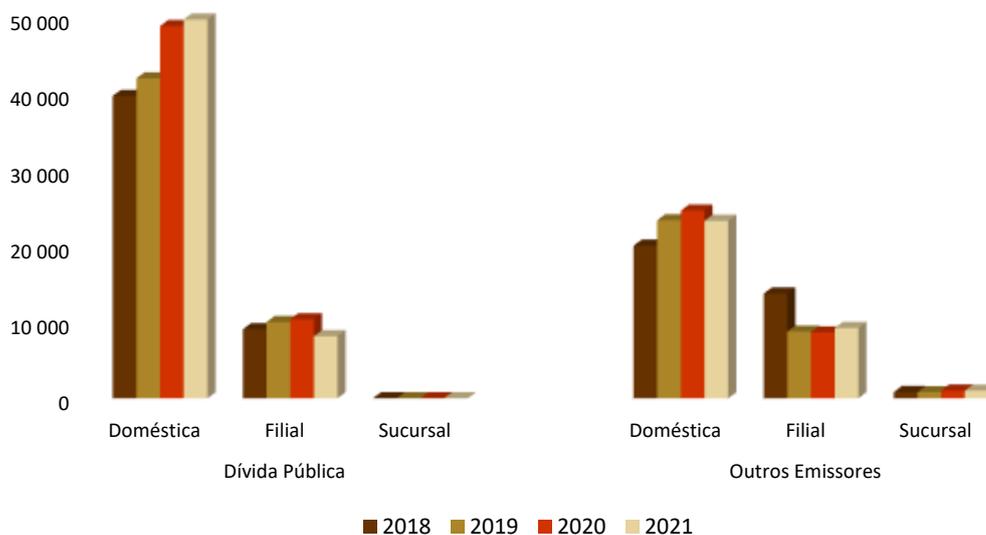
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 22: Estrutura dos títulos de dívida, por dimensão das IF's, a 31 de dezembro



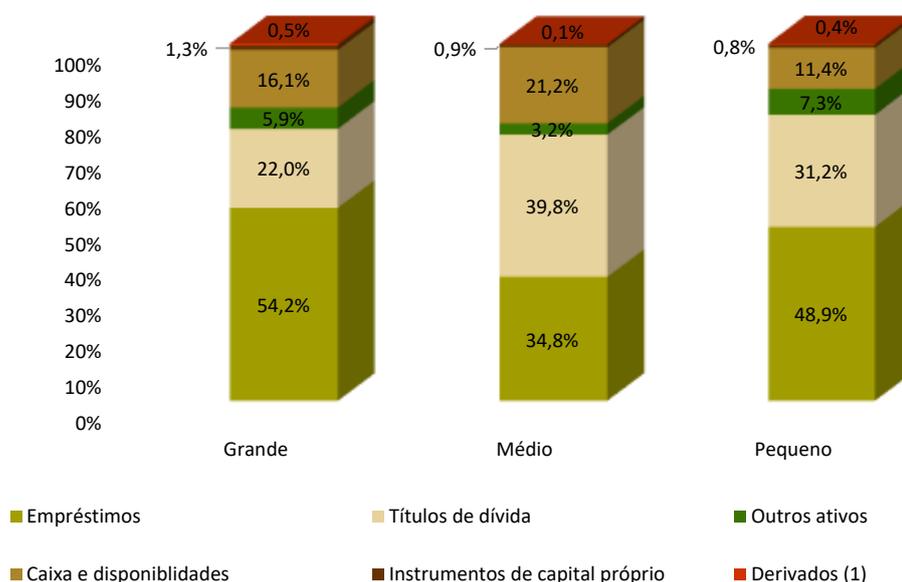
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 23: Estrutura dos títulos de dívida, por origem/forma de representação legal, das IF's, a 31 de dezembro



Fonte: IFs, APB.

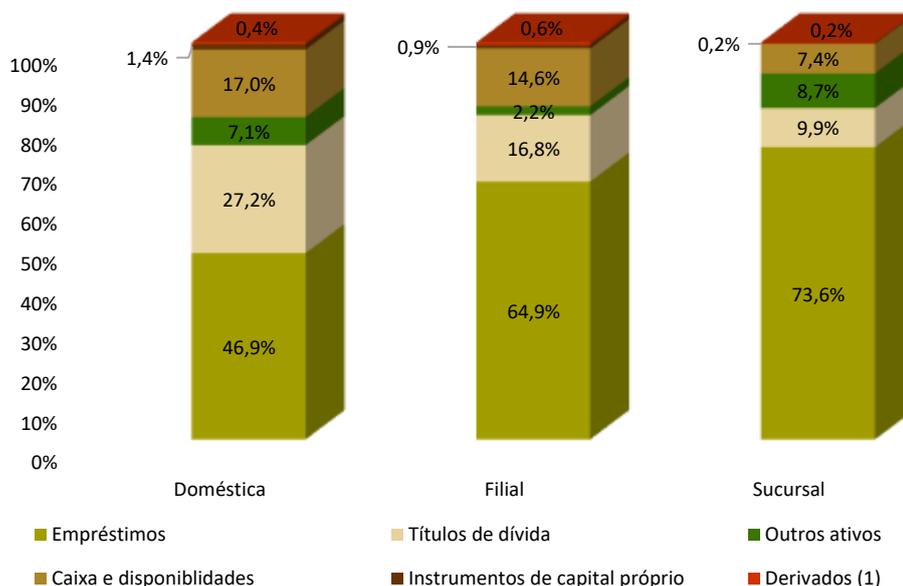
Gráfico 24: Estrutura do ativo por dimensão, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

Gráfico 25: Estrutura do ativo por origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

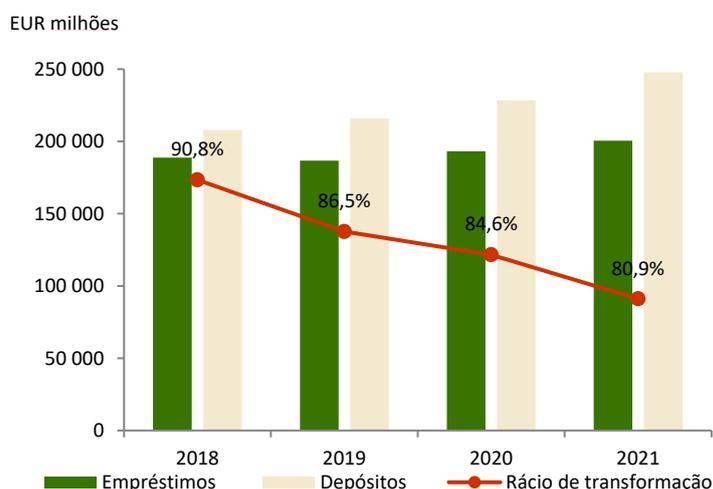
Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

Na evolução do passivo em 2021, importa destacar o crescimento de 8,5% dos depósitos de clientes e o aumento dos instrumentos de dívida emitidos pelas instituições financeiras associadas, em 32,3%, para cumprimento do requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL).

Em 2021, os depósitos de clientes atingiram 247,7 mil milhões de euros, representando 70,3% na estrutura do financiamento das instituições financeiras, tendo os depósitos de particulares aumentado 6,9%, enquanto os depósitos de empresas e administração pública subiram 11,8%. Num contexto de muito baixas taxas de juro, como consequência da política monetária acomodatória do BCE, continuou a verificar-se um aumento dos depósitos à ordem de 13,3% superior aos 4,8% dos depósitos com prazo acordado.

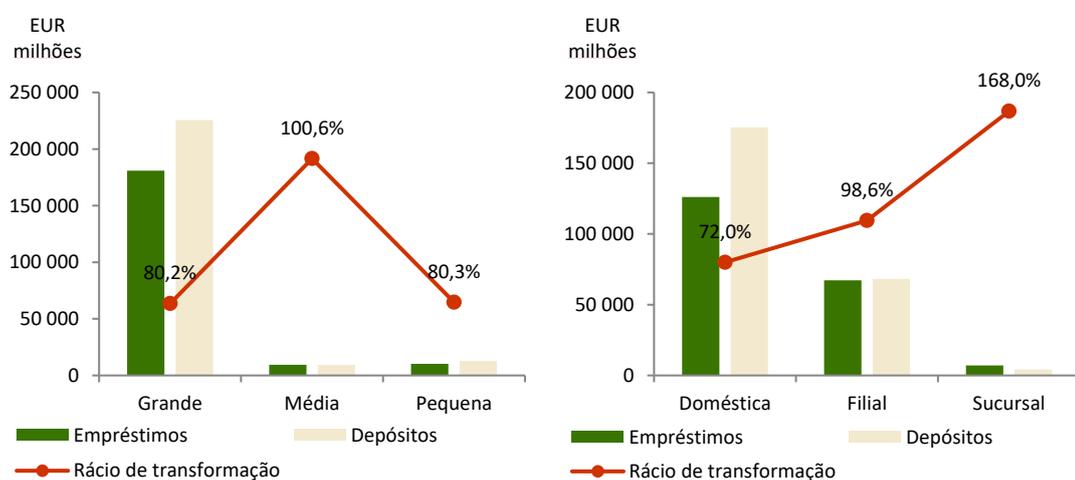
Como o aumento dos empréstimos a clientes foi inferior ao aumento dos depósitos de clientes, continuou a verificar-se uma redução do rácio de transformação que, em 2021, se situou em 80,9%, o que compara com 84,6%, em 2020.

Gráfico 26: Rácio de transformação, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 27: Rácio de transformação por dimensão e origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

O recurso a fontes de financiamento de mercado aumentou 32,3% face a 2020, essencialmente devido à emissão, pelos principais bancos, de instrumentos elegíveis para o cumprimento do requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL). Ainda assim, em 2021, o peso destes instrumentos na estrutura de financiamento das instituições financeiras é pouco expressivo (5,2% que compara com 4,3% no ano anterior). Já o financiamento junto do Eurosistema aumentou 29,2% face a 2020, e passou a representar 10,8% do ativo, em resultado do reforço das medidas de política

monetária do Banco Central Europeu, implementadas em resposta à pandemia, para prestação de liquidez ao sistema bancário.

Tabela 7: Composição e evolução da estrutura de financiamento agregado, a 31 de dezembro (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados				
Total (milhões €)	6 936	6 543	4 732	3 588
Taxa de crescimento anual	-	-5,7%	-27,7%	-24,2%
Em % do total de balanço	2,1%	2,0%	1,3%	0,9%
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Total (milhões €)	287 020	287 743	312 989	341 664
Taxa de crescimento anual	-	0,3%	8,8%	9,2%
Em % do total de balanço	86,8%	86,6%	87,7%	89,3%
Outros passivos				
Total (milhões €)	8 272	8 172	9 453	6 954
Taxa de crescimento anual	-	-1,2%	15,7%	-26,4%
Em % do total de balanço	2,5%	2,5%	2,7%	1,8%
Total de Passivo	302 228	302 458	327 174	352 206
Taxa de crescimento anual	-	0,1%	8,2%	7,7%
Em percentagem do total de balanço	91,4%	91,1%	91,7%	92,0%
Capitais Próprios				
Total (milhões €)	28 542	29 640	29 440	30 669
Taxa de crescimento anual	-	3,8%	-0,7%	4,2%
Em % do total de balanço	8,6%	8,9%	8,3%	8,0%
Total de Passivo e Capitais Próprios	330 770	332 098	356 614	382 875

Fonte: IFs, APB.

Tabela 8: Composição da estrutura dos passivos financeiros, a 31 de dezembro (2018 – 2021)

	2018			2019			2020			2021		
	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total	Passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Total
Derivados ⁽¹⁾ (milhões €)	3 277	-	3 277	3 243	-	3 243	3 074	-	3 074	1 764	-	1 764
Em % do total	47,2%	-	1,1%	49,6%	-	1,1%	64,9%	-	1,0%	49,1%	-	0,5%
Depósitos (milhões €)	2 598	258 549	261 147	1 720	263 351	265 071	259	288 799	289 058	25	315 540	315 565
Em % do total	37,5%	90,0%	88,9%	26,3%	91,5%	90,1%	5,5%	92,3%	90,9%	0,7%	92,4%	91,5%
Títulos de dívida emitidos (milhões €)	1 027	14 250	15 277	1 488	13 556	15 044	1 344	12 585	13 929	1 582	16 847	18 429
Em % do total	14,8%	5,0%	5,2%	22,7%	4,7%	5,1%	28,4%	4,0%	4,4%	44,1%	4,9%	5,3%
Outros passivos financeiros (milhões €)	34	14 221	14 255	92	10 836	10 928	55	11 605	11 660	217	9 277	9 494
Em % do total	0,5%	5,0%	4,8%	1,4%	3,8%	3,7%	1,2%	3,7%	3,7%	6,1%	2,7%	2,7%
Total	6 936	287 020	293 956	6 543	287 743	294 286	4 732	312 989	317 721	3 588	341 664	345 252

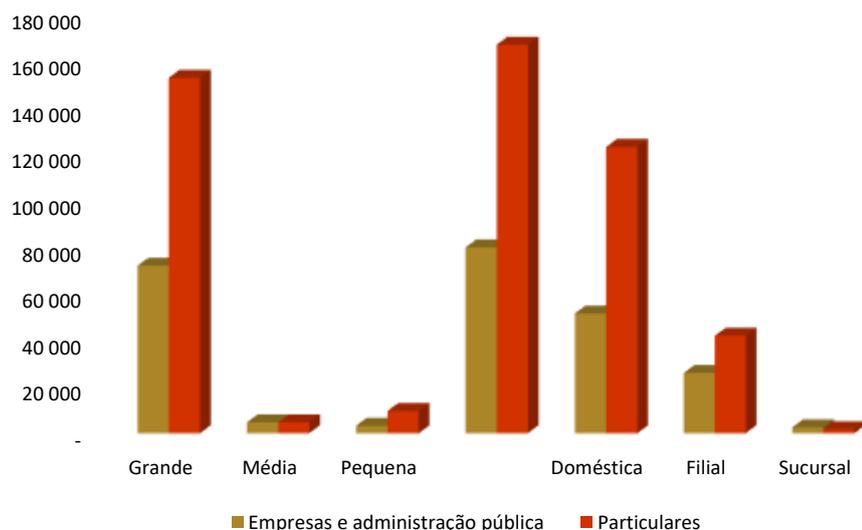
Fonte: IFs, APB.

Tabela 9: Depósitos a 31 de dezembro (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Bancos centrais				
Total (milhões €)	19 214	16 998	32 137	41 506
Taxa de crescimento anual	-	-11,5%	89,1%	29,2%
Em % do total de depósitos	7,4%	6,4%	11,1%	14,4%
Instituições de crédito				
Total (milhões €)	34 077	32 250	28 505	26 318
Taxa de crescimento anual	-	-5,4%	-11,6%	-7,7%
Em % do total de depósitos	13,1%	12,2%	9,9%	9,1%
Empresas e administração pública				
Total (milhões €)	66 155	68 564	71 912	80 366
Taxa de crescimento anual	-	3,6%	4,9%	11,8%
Em % do total de depósitos	25,3%	25,9%	24,9%	27,8%
Particulares				
Total (milhões €)	141 701	147 259	156 504	167 375
Taxa de crescimento anual	-	3,9%	6,3%	6,9%
Em % do total de depósitos	54,3%	55,7%	54,1%	57,9%
Total de depósitos de clientes	207 856	215 824	228 416	247 741
Taxa de variação anual	-	3,8%	5,8%	8,5%
Total de depósitos	261 147	265 071	289 058	315 565
Taxa de variação anual	-	1,5%	9,0%	9,2%

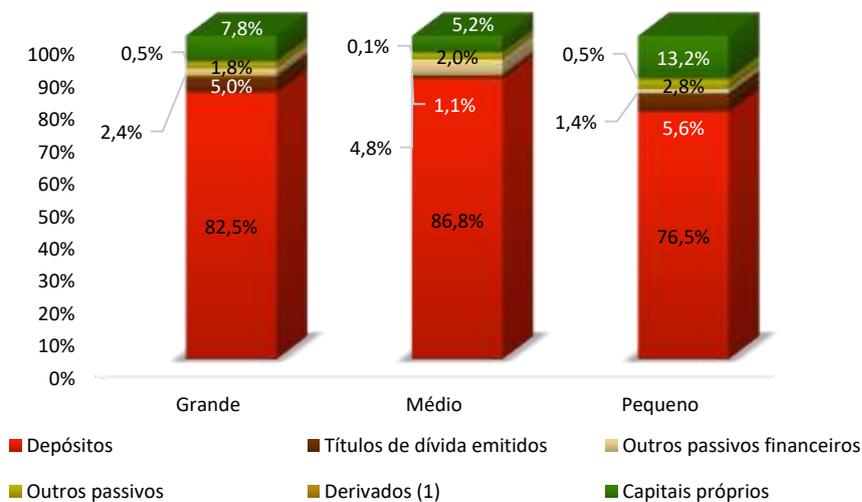
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 28: Depósitos de clientes, por dimensão e origem/ forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

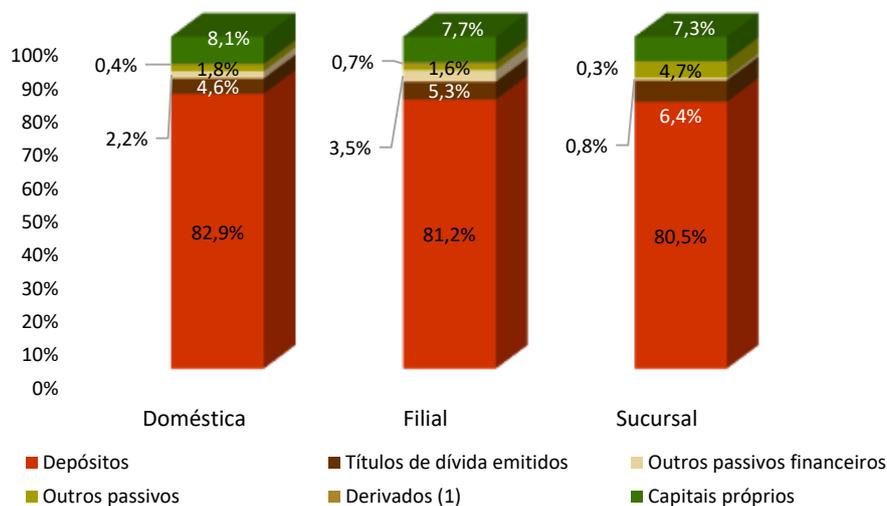
Gráfico 29: Estrutura do passivo por dimensão, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

Gráfico 30: Estrutura do passivo por origem/forma de representação legal, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

Nota: ⁽¹⁾ Não inclui derivativos de cobertura.

V.2. Análise da demonstração de resultados

Em 2021, verificou-se um aumento muito significativo da rentabilidade agregada das instituições financeiras após uma diminuição expressiva, em 2020, fortemente penalizada pelo contexto associado à pandemia de COVID-19. O crescimento do resultado líquido, em 2021, ficou a dever-se, essencialmente, à subida do produto bancário (+17%), mas, sobretudo, à quebra no fluxo de provisões e imparidades (-46,8%).

Tabela 10: Demonstração dos resultados agregada (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
	milhões €	milhões €	milhões €	milhões €
Receitas de juros	6 430	6 154	5 541	5 416
Despesas com juros	-2 242	-1 915	-1 447	-1 389
Margem financeira (MF)	4 188	4 239	4 094	4 027
Rendimentos de serviços e comissões	2 663	2 710	2 588	2 814
Encargos com serviços e comissões	-477	-468	-450	-474
Resultados de serviços e comissões	2 186	2 242	2 138	2 340
Resultados de Operações Financeiras	-61	80	-168	592
Outros Resultados	1 052	446	348	540
Produto bancário (PB)	7 365	7 007	6 412	7 499
Custos com pessoal	-2 269	-2 274	-2 194	-2 140
Gastos gerais administrativos	-1 436	-1 311	-1 217	-1 204
Depreciações e amortizações	-225	-393	-410	-438
Custos operacionais	-3 930	-3 978	-3 821	-3 782
Resultado bruto de exploração (RBE)	3 435	3 029	2 591	3 717
Provisões ou reversão de provisões	-443	-122	-273	-598
Imparidades de ativos financeiros, líquidas de reversões	-939	-1 086	-2 089	-858
Imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, líquidas de reversões	-207	25	-129	47
Imparidades de ativos não financeiros, líquidas de reversões	-335	-269	-315	-84
Provisões e imparidades	-1 924	-1 452	-2 806	-1 493
Goodwill negativo reconhecido nos resultados	-	52	-	-
Resultados de associadas	74	86	106	18
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	95	132	51	37
Outros resultados	169	270	157	55
Resultado antes de impostos (RAI)	1 680	1 847	-58	2 279
Impostos relacionados com os resultados de unidades operacionais em continuação	-1 162	-814	-401	-623
Lucros ou prejuízos (-) de unidades operacionais descontinuadas após dedução de impostos	79	-	-41	1
Resultado líquido (RL)	597	1 033	-500	1 657

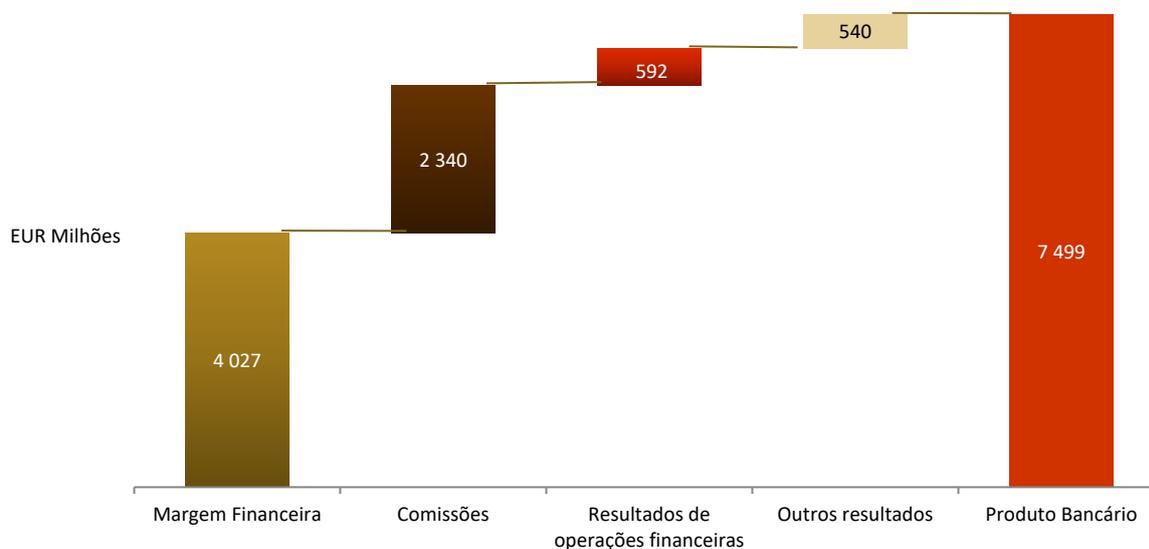
Fonte: IFs, APB.

A margem financeira agregada das instituições financeiras ascendeu a 4 mil milhões de euros, tendo registado uma diminuição anual de 1,6%, já que a diminuição dos juros recebidos foi superior à descida dos juros pagos. A evolução da rubrica de juros recebidos foi sobretudo explicada pela componente dos empréstimos e adiantamentos (-119 milhões de euros), e a diminuição dos juros pagos ficou a dever-se, maioritariamente, à redução da componente relacionada com derivados de negociação (-65 milhões de euros) e com depósitos (-41 milhões de euros). O impacto positivo resultante da redução do custo do financiamento obtido junto de bancos centrais e dos depósitos permitiu atenuar a diminuição da margem financeira.

As comissões líquidas aumentaram 9,4%, devido a uma maior procura de crédito e de operações de intermediação financeira, após a redução verificada em 2020, fruto do contexto pandémico.

Os resultados de operações financeiras situaram-se em 592 milhões de euros, o que compara com um valor negativo de 168 milhões de euros em 2020. Esta evolução é explicada pelo aumento dos resultados relativos a títulos de dívida e de instrumentos de capital, bem como pelos resultados registados com instrumentos financeiros derivados.

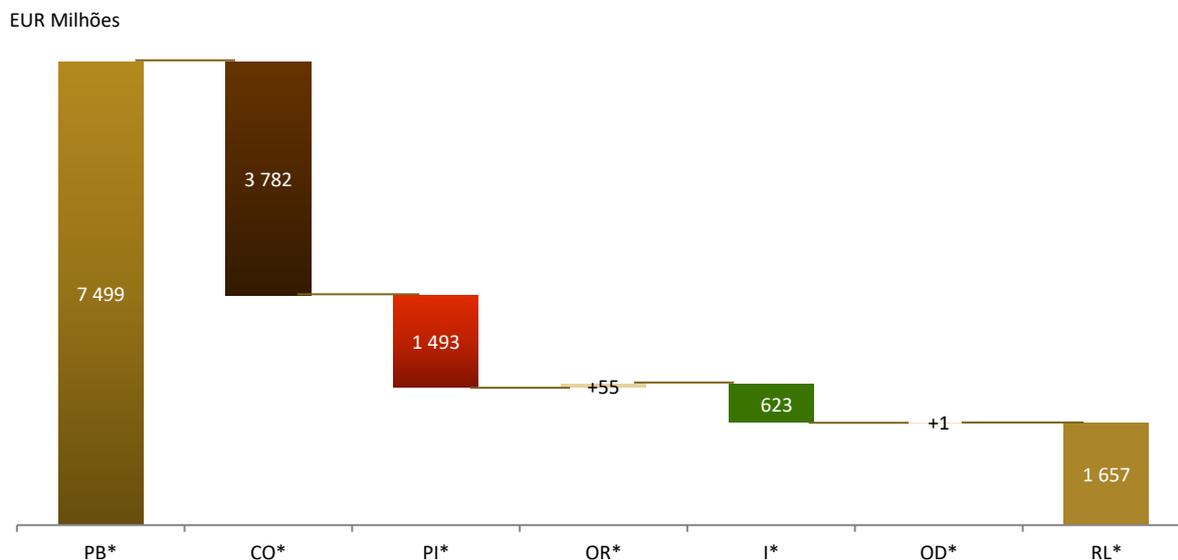
Gráfico 31: Desagregação do Produto Bancário, 2021



Fonte: IFs, APB.

Os custos operacionais registaram uma descida de 1,0% face a 2020, tendo a descida dos custos com pessoal e dos gastos gerais administrativos mais do que compensado a subida das amortizações do exercício.

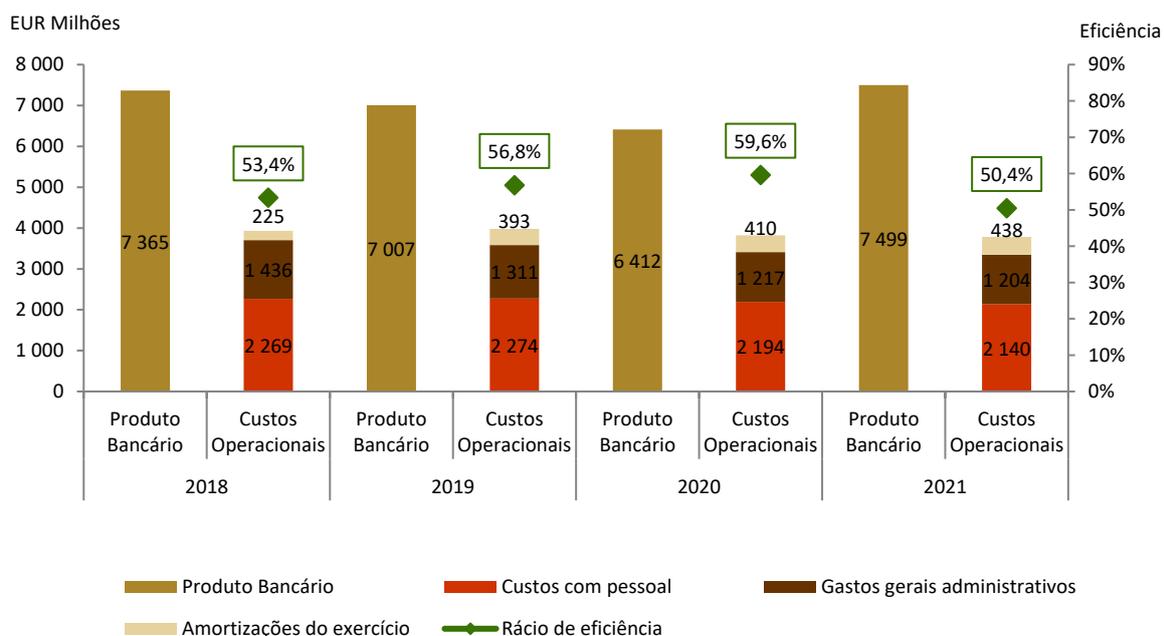
Gráfico 32: Desagregação do Resultado Líquido, 2021



Fonte: IFs, APB.

Nota: *PB – produto bancário; CO* – custos operacionais; PI* – provisões e imparidades; OR* – outros resultados; I* – impostos; OD* – resultados de operações descontinuadas; RL* – resultado líquido.

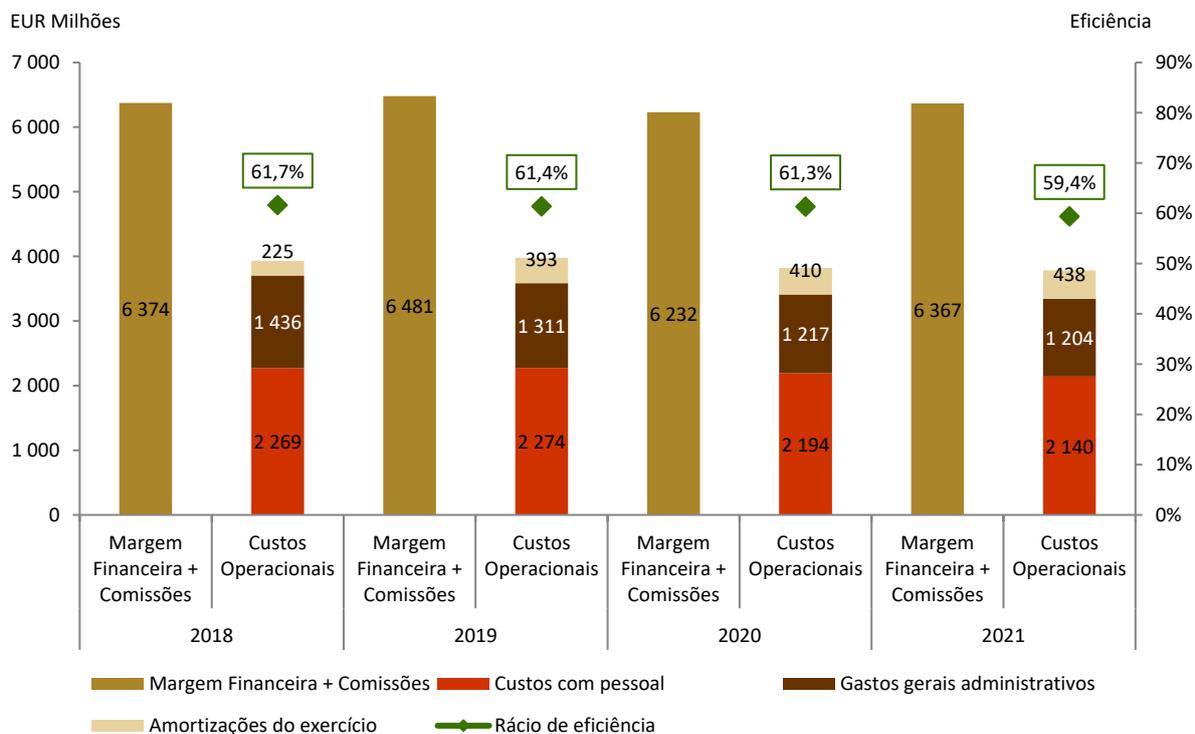
Gráfico 33: Evolução do produto bancário, custos operacionais e rácio de eficiência



Fonte: IFs, APB.

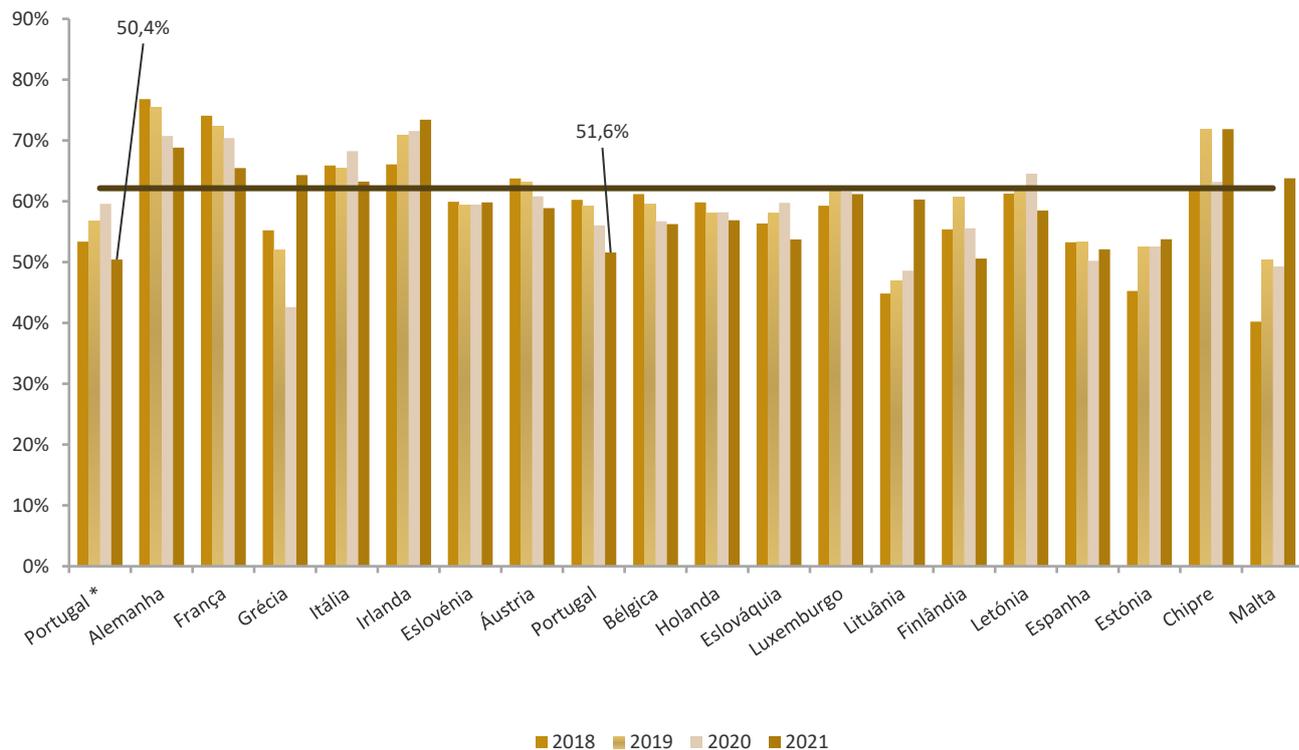
O rácio de eficiência (*cost-to-income*) reduziu-se em 9,2 p.p. para 50,4%, devido ao aumento do produto bancário e à descida dos custos operacionais. Com a redução observada em 2021, o rácio de eficiência mantém-se abaixo da média da Área do Euro. No rácio *cost-to-income* recorrente também se verificou uma melhoria, ainda que menos expressiva, de 1,9 p.p. para 59,4%.

Gráfico 34: Cost-to-income recorrente



Fonte: IFs, APB.

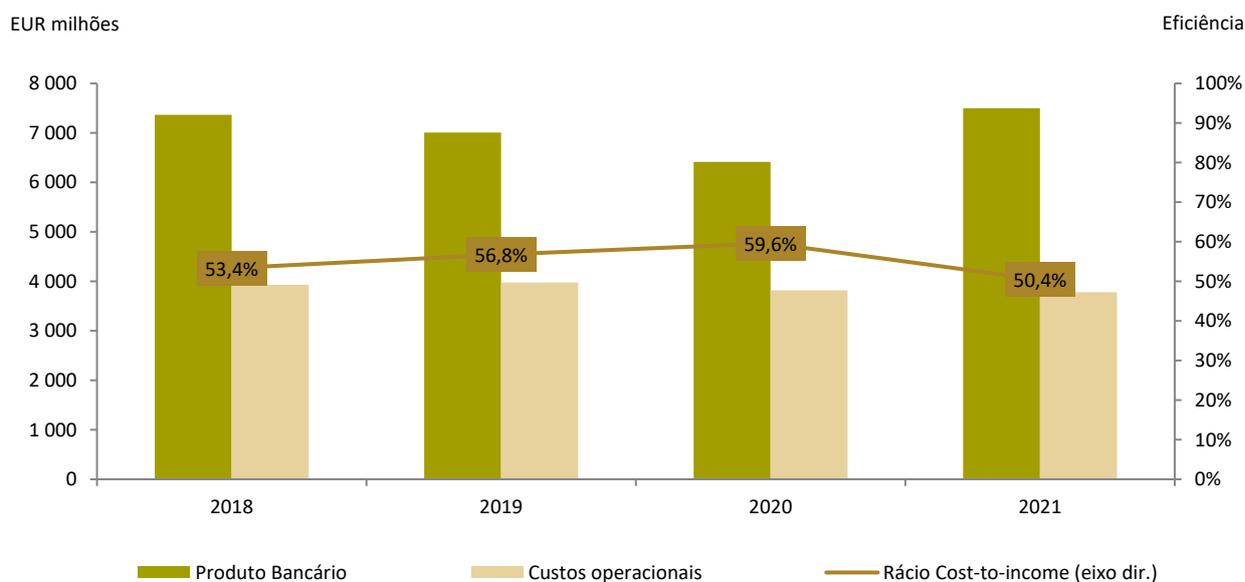
Gráfico 35: Rácio de eficiência na Área do Euro



Fonte: BCE, IFs, APB.

Nota*: Rácio de eficiência das instituições financeiras associadas da APB.

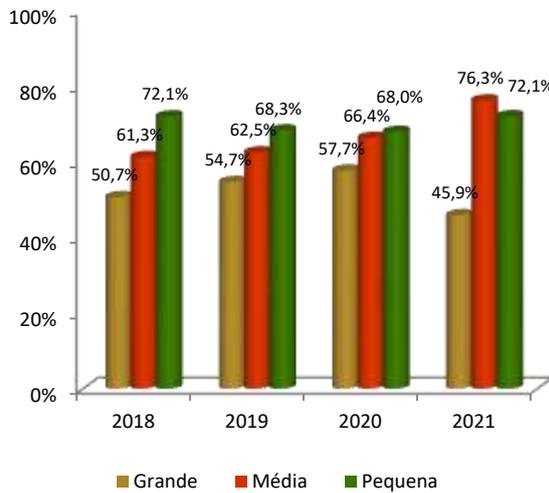
Gráfico 36: Decomposição do rácio de eficiência em Portugal



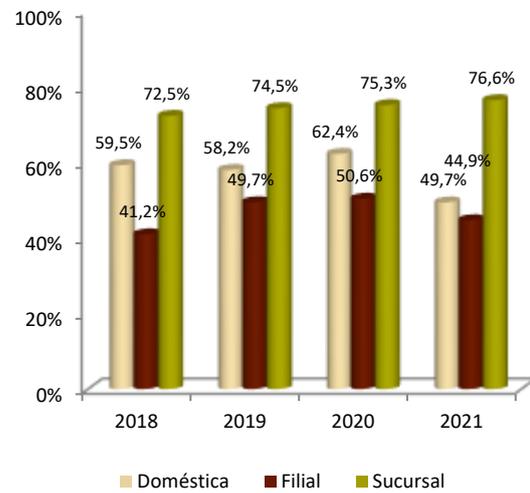
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 37: Evolução do rácio de eficiência

a) Por dimensão



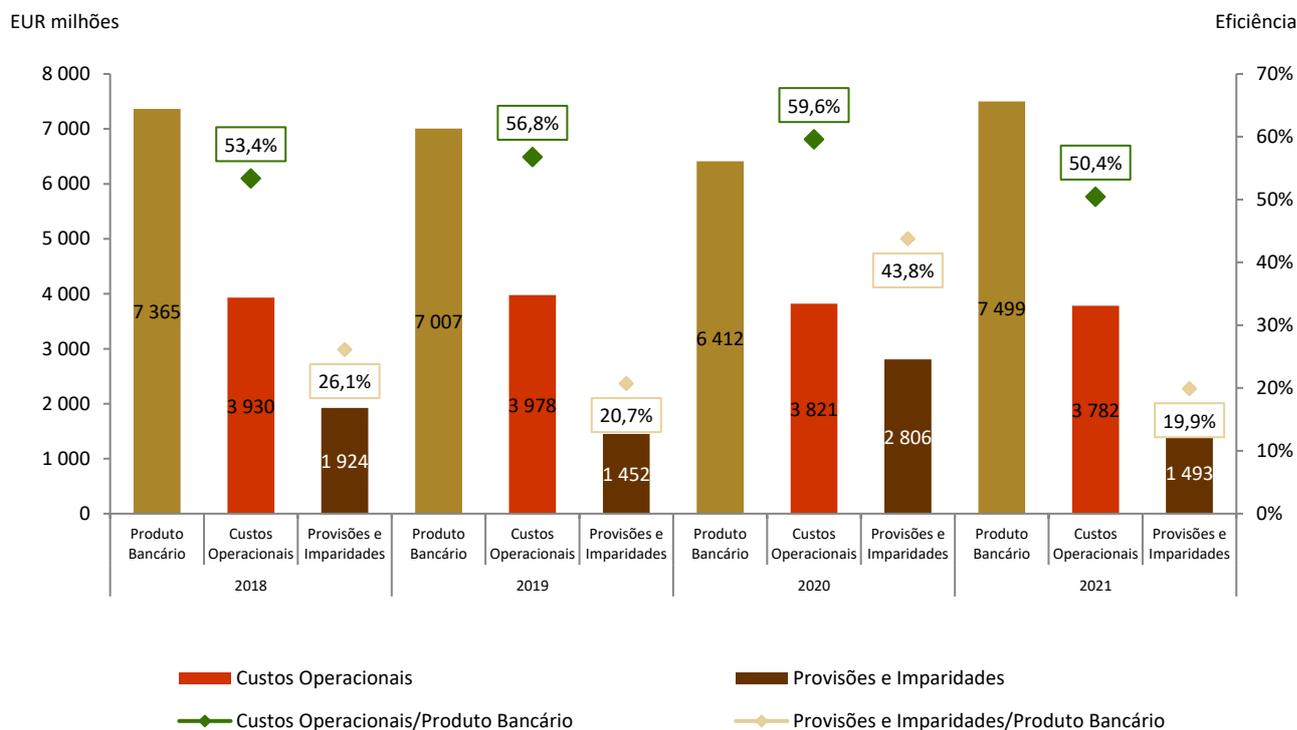
b) Por origem/forma de representação legal



Fonte: IFs, APB.

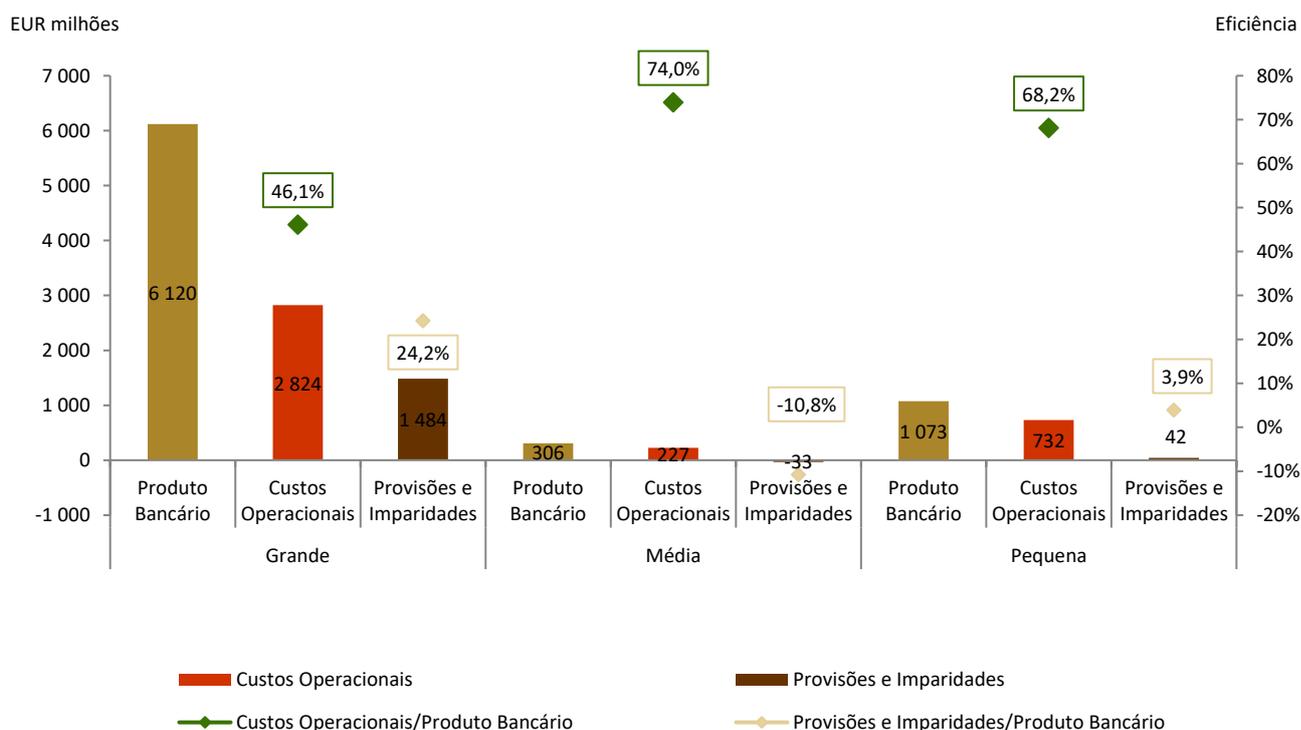
No que respeita a provisões e imparidades, verificou-se uma subida nas provisões face a 2020, e uma redução muito significativa nas imparidades para ativos financeiros. O aumento das provisões ficou a dever-se aos custos associados à otimização da rede de balcões, a investimentos em processos de digitalização e ao registo de potenciais perdas relativas a riscos legais. A redução das imparidades, em 2021, decorre essencialmente do nível muito elevado registado em 2020, devido ao contexto da crise pandémica da COVID-19. As provisões e imparidades totalizaram cerca de 1,5 mil milhões de euros, em 2021, o que compara com 2,8 mil milhões de euros no ano anterior.

Gráfico 38: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades



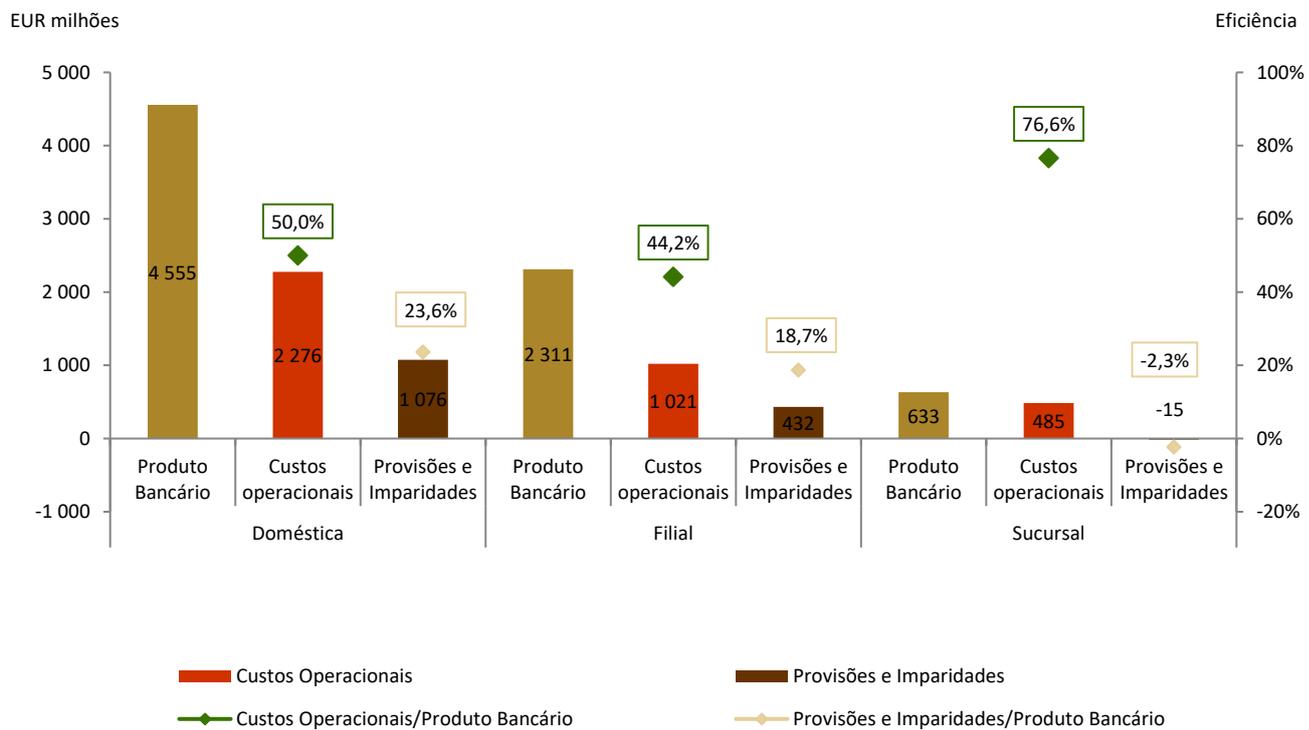
Fonte: IFs, APB.

Gráfico 39: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades por dimensão, 2021



Fonte: IFs, APB.

Gráfico 40: Evolução do produto bancário, custos operacionais e imparidades por origem/forma de representação legal, 2021



Fonte: IFs, APB.

V.3. Análise fiscal e parafiscal

Para efeitos da presente análise, procedeu-se a uma aproximação, em termos agregados, do montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, pelas instituições financeiras associadas. Para este cálculo, foram considerados os valores estimados para a matéria coletável de 2020 e 2021, apurada a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados, corrigidos pelos ajustamentos efetuados nos termos do CIRC.

A taxa geral de imposto prevista no CIRC manteve-se em 21%, para os exercícios de 2020 e 2021.

De acordo com os valores calculados, estima-se que o valor total de IRC, a pagar ao Estado, pelas instituições financeiras, se venha a situar em cerca de 125 milhões de euros em 2021 (contra 78 milhões de euros, em 2020), o que corresponde a uma taxa de IRC estimada de 21,6% (contra 20,9% em 2020).

Tabela 11: Aproximação ao montante total de imposto a pagar ao Estado, em sede de IRC, por referência aos exercícios de 2020 e 2021 na base de valores estimados para a matéria coletável, reconstituída a partir do resultado antes de impostos e das variações patrimoniais reconhecidas em reservas e resultados transitados

	2020 milhões €	2021 milhões €
Resultado Antes de Impostos ^{a)}	(71)	2 272
Ajustamentos para apuramento do lucro tributável / prejuízo fiscal		
De aplicação a todos os sujeitos passivos de IRC:		
Mais-valias e imparidades em participações (líquidas)	22	(1 306)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(139)	(267)
Benefícios fiscais	(11)	(10)
Gastos e rendimentos não relevantes para efeitos fiscais	(57)	(30)
Provisões para outros riscos	(177)	49
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	50	54
Benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	(225)	(78)
Imparidades para risco de crédito	167	(1 459)
Outros ^{b)}	360	53
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal do Exercício	(81)	(722)
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(93)	(66)
Matéria Coletável ^{c)}	373	581
Impostos sobre o rendimento (IRC)	78	125
Taxa de Imposto sobre o Rendimento (%)	20,9%	21,6%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Corresponde ao resultado antes de impostos das 21 instituições financeiras que integram a amostra neste capítulo.

^{b)} Inclui variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas em resultado líquido do exercício, mas reconhecidas em reservas e resultados transitados.

^{c)} O valor do lucro tributável agregado é composto pelo somatório de lucros tributáveis e prejuízos fiscais das diversas instituições financeiras da amostra. As instituições financeiras que tenham registado prejuízo fiscal no exercício não possuem matéria coletável, motivo pelo qual só se incluem no campo Matéria Coletável os valores agregados das associadas que registem lucros tributáveis (mesmo após a dedução de prejuízos), valor que, logicamente, será necessariamente superior ao valor dos lucros tributáveis agregados (que contém os valores dos referidos prejuízos).

Adicionalmente, estima-se que o montante a pagar pelas instituições financeiras, ao Estado Português, relativo a Derramas, Tributações Autónomas e impostos a que estão sujeitos nos países onde operam, -se tenha situado em 75 milhões de euros em 2021, o que compara com 60 milhões de euros no ano anterior.

Tabela 12: Aproximação ao montante de derramas, tributações autónomas e imposto sobre o rendimento suportado no estrangeiro (2020-2021)

	2020 milhões €	2021 milhões €
Impostos sobre o rendimento suportados no estrangeiro líquidos de dedução por dupla tributação	13	13
Tributações autónomas	9	7
Derramas ^{a)}	38	55
Total de Derramas, Tributações Autónomas e Imposto sobre o Rendimento Suportado no Estrangeiro	60	75

Fonte: IFs, APB.

^{a)} A aproximação às derramas correspondeu à aplicação de uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, a que acresceu uma taxa entre 3% a 7% consoante o montante do lucro tributável.

As instituições financeiras também suportam outros encargos fiscais de exploração, tais como o Imposto do Selo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não dedutível, e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Para efeitos da Tabela 13, estes impostos estão agrupados sob a designação de encargos fiscais de exploração.

Em 2010, a Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55 – A/2010, de 31 de dezembro), no seu art. nº 141, veio estabelecer uma Contribuição sobre o Sector Bancário. Conforme definido pela Portaria nº 121/2011, de 30 de março, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, esta contribuição incide sobre:

a) o passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzidos dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. A taxa aplicável é de 0,05% sobre o valor apurado.

b) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos. A taxa aplicável é de 0,00015% sobre o valor calculado.

Em 2020, a Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, veio estabelecer uma contribuição adicional de solidariedade sobre o sector bancário, que tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

A base de incidência é a mesma da Contribuição sobre o Sector Bancário, sendo as taxas aplicáveis para as alíneas a) e b) de 0,02% e 0,00005%, respetivamente.

Em 2021, os montantes da Contribuição sobre o Sector Bancário, da Contribuição adicional de solidariedade sobre o Sector Bancário e da Contribuição para o fundo de resolução e fundo único de resolução, para o conjunto das instituições financeiras associadas, foram de 161 milhões de euros, 30 milhões de euros e de 185 milhões de euros, respetivamente, o que perfaz um valor total de contribuições de 376 milhões de euros.

A carga parafiscal inclui as contribuições para a Segurança Social, para os fundos de pensões e para o SAMS (Serviço de Assistência Médico-Social).

Tabela 13: Carga fiscal e parafiscal (2020-2021)

	2020 milhões €	2021 milhões €
Carga Fiscal		
Outros encargos fiscais de exploração ^{a)}	257	252
Contribuição sobre o sector bancário	154	161
Contribuição adicional de solidariedade	28	30
Contribuição para o fundo de resolução e fundo único de resolução	174	185
Total	613	628
Carga Parafiscal		
Taxa Social Única	283	280
Encargos com pensões	478	85
Outros encargos	103	87
Total	864	452
Total	1 477	1 080

Fonte: IFs, APB.

a) Englobam Imposto do Selo, IVA não dedutível e IMI.

VI. Análise de solvabilidade¹⁵

Tabela 14: Adequação dos fundos próprios, a 31 de dezembro (2018-2021)

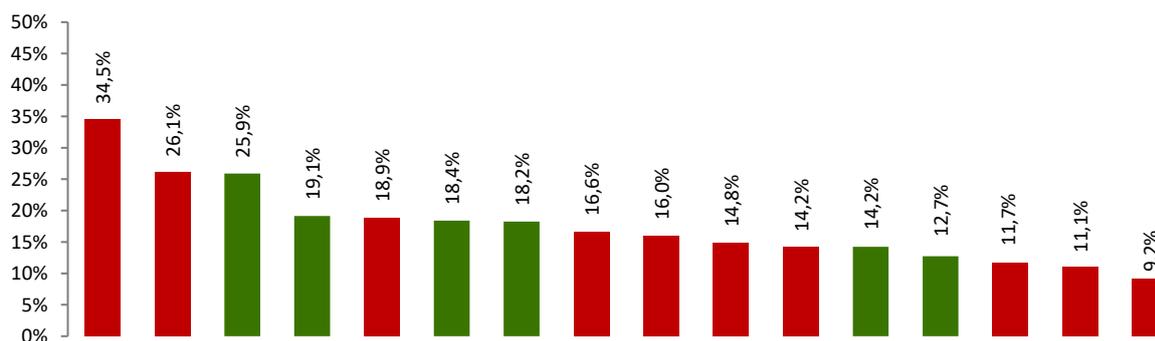
	2018	2019	2020	2021
Ativo Total (Milhões €)				
Ativo total ^{a)}	346 839	353 561	372 770	407 696
Fundos Próprios (Milhões €)				
Common Equity Tier 1 (CET1)	25 286	27 069	27 789	27 804
Tier 1	26 604	29 094	29 839	29 140
Tier 2	2 237	2 774	2 789	3 087
Fundos próprios elegíveis	28 841	31 868	32 628	32 227
Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (Milhões €)				
Risco de crédito	166 085	155 958	159 694	155 629
Risco de mercado	4 569	5 421	5 917	5 747
Risco operacional	15 063	15 501	15 234	15 261
Posições em risco - Ajustamento da avaliação de crédito	618	408	372	359
Outros	1 650	788	1 312	1 643
Ativos ponderados pelo risco - RWA	187 985	178 076	182 529	178 639
Rácios de Fundos Próprios (%)¹⁶				
CET1	13,5%	15,2%	15,2%	15,6%
Tier 1	14,2%	16,3%	16,3%	16,3%
Solvabilidade total	15,3%	17,9%	17,9%	18,0%

Fonte: IFs, APB

a) Não inclui valores extra-patrimoniais.

O rácio CET1 agregado situou-se em 15,6%, e o rácio de solvabilidade total em 18,0%, ambos estáveis face ao ano anterior.

Gráfico 41: Rácios Common Equity Tier 1, das Instituições Financeiras Associadas a 31 de dezembro de 2021



Fonte: IFs, APB.

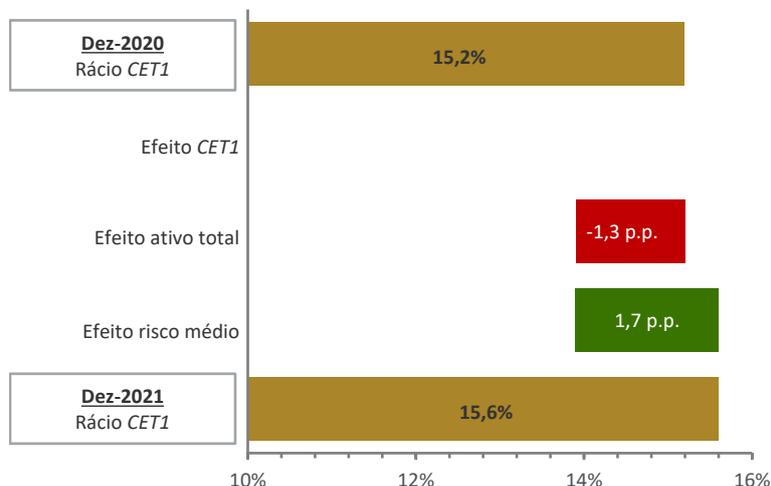
Nota: Rácios CET1 ordenados por ordem decrescente. As colunas vermelhas (verdes) identificam as instituições que diminuíram (aumentaram) o seu rácio de solvabilidade de melhor qualidade entre 2020 e 2021.

¹⁵ A análise de solvabilidade conduzida baseia-se nas demonstrações financeiras sujeitas aos requisitos prudenciais das instituições domésticas e filiais. Este critério levou a uma amostra de 15 IFs associadas, das quais em duas se utilizaram as contas individuais e nas restantes as contas consolidadas.

¹⁶ Rácios calculados segundo as regras *phase-in*.

O rácio de CET1 aumentou 0,4 p.p. face ao ano anterior o que reflete o efeito conjunto da redução do risco médio dos ativos (+1,7 p.p.)¹⁷ e o contributo negativo do ativo total (-1,3 p.p.)

Gráfico 42: Decomposição da variação do rácio CET 1



Fonte: IFs, APB.

O aumento do capital CET1 deveu-se sobretudo à retenção de lucros, em resultado da melhoria dos resultados dos bancos e em linha com as recomendações do BCE, Banco de Portugal e do Comité Europeu para o Risco Sistémico, como medida de resposta à pandemia de COVID-19.

O principal fator explicativo para a descida da rubrica agregada de ativos ponderados pelo risco (RWAs) foi o decréscimo dos RWAs para risco de crédito (4,1 mil milhões de euros) que continuaram a ser a maior fonte de consumo de capital, absorvendo 86,6% dos requisitos totais, ligeiramente inferior ao ano de 2020, em que, os RWAs representavam 87,5% do total de requisitos de capital.

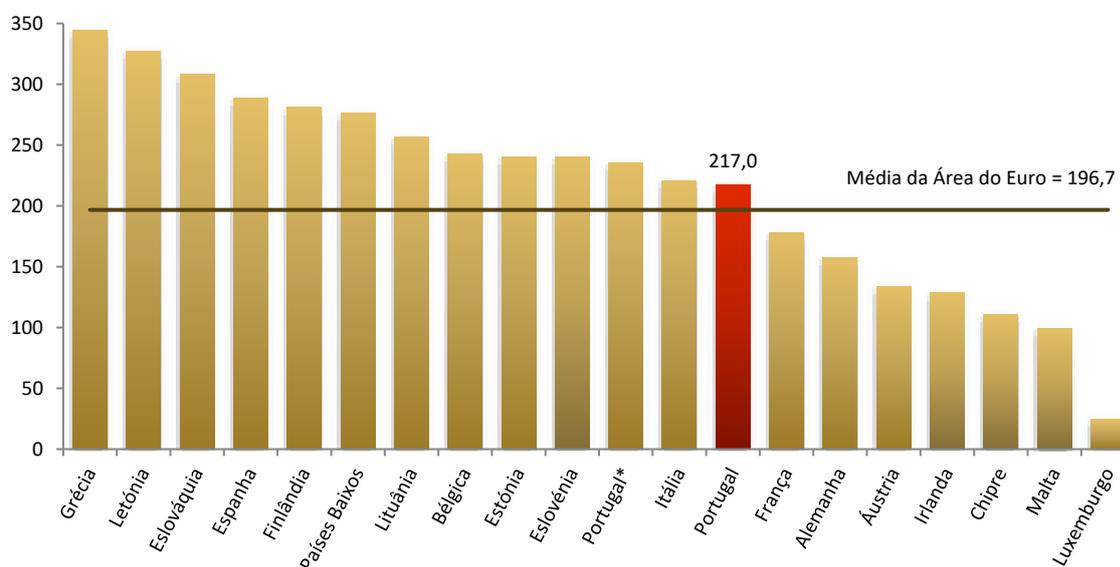
¹⁷ Para entender os efeitos destes três elementos, relembra-se que o nível de solvabilidade é calculado como: Fundos Próprios / (Ativo total * Risco médio), onde o “risco médio”, também designado por ponderador médio de risco dos ativos, é dado pelo rácio entre os ativos ponderados pelo risco e o ativo total.

VII. Indicadores de Produtividade

Os indicadores de produtividade¹⁸, nomeadamente os que quantificam a atividade ou *performance* por balcão ou colaborador, refletem o impacto dos processos de reestruturação e redimensionamento das estruturas operativas do sistema bancário português que têm sido implementados nos últimos anos.

Fruto dos processos de reestruturação ocorridos, o sector regista um número de habitantes por empregado próximo da média dos países da Área do Euro. Contudo, a produtividade quer em termos de ativo gerado por balcão, quer de ativo por empregado, é substancialmente inferior à média da Área do Euro.

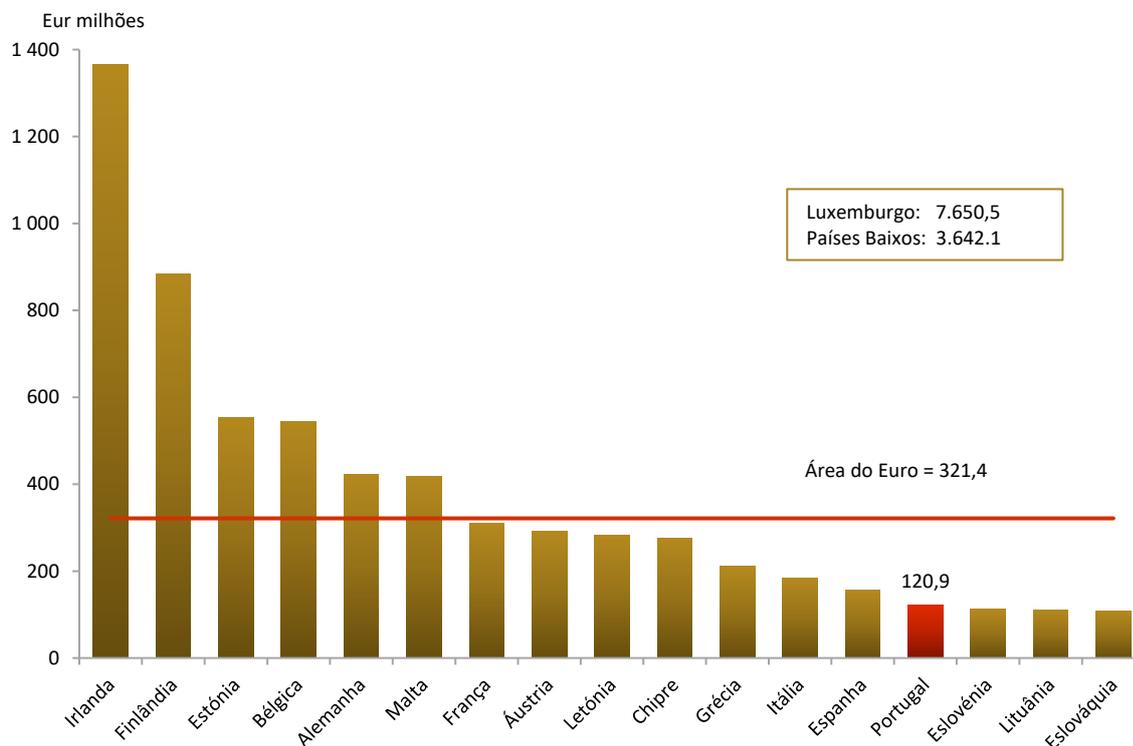
Gráfico 43: Habitantes por empregado na Área do Euro, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: Eurostat e BCE.

¹⁸ A análise foi efetuada tendo por base o número global de empregados (afetos à atividade doméstica e à atividade internacional), bem como o número total de balcões (incluindo as agências bancárias em Portugal e as das sucursais e escritórios de representação no exterior).

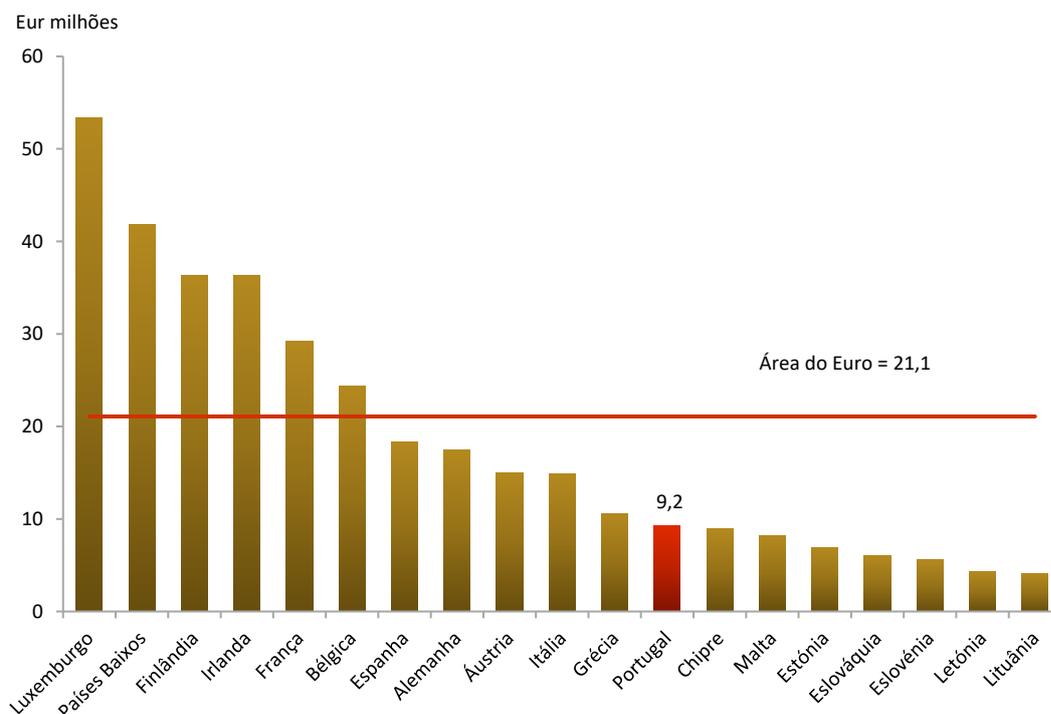
Gráfico 44: Ativo por balcão, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: BCE.

Nota: O gráfico não inclui o Luxemburgo e os Países Baixos por questões de leitura.

Gráfico 45: Ativo por empregado, a 31 de dezembro de 2021



Fonte: BCE.

Tabela 15: Outros Indicadores de Produtividade (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Número Global de Empregados ^{a)}				
Total	46 832	46 783	45 883	43 736
Taxa de variação anual		-0,1%	-1,9%	-4,7%
População por Empregado				
Total (número de habitantes)	219	220	224	235
Taxa de variação anual		0,3%	2,0%	4,9%
Ativo Total Médio ^{b)} por Empregado				
Total (milhares €)	7 036	7 084	7 505	8 454
Taxa de variação anual		0,7%	5,9%	12,6%
Custo Médio ^{c)} por Empregado				
Total (milhares €)	48	49	48	49
Taxa de variação anual		0,3%	-1,6%	2,3%
Produto Bancário por Empregado				
Total (milhares €)	157	150	140	171
Taxa de variação anual		-4,8%	-6,7%	22,7%
Número de Balcões ^{a)}				
Total	4 180	4 069	3 833	3 533
Taxa de variação anual		-2,7%	-5,8%	-7,8%
População por Balcão				
Total (número de habitantes)	2 459	2 530	2 687	2 915
Taxa de variação anual		2,9%	6,2%	8,5%
Balcão por 100.000 habitantes				
Total (número de balcões)	41	40	37	34
Taxa de variação anual		-2,8%	-5,8%	-7,8%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão				
Total (milhares €)	78 830	81 453	89 840	104 654
Taxa de variação anual		3,3%	10,2%	16,5%
Depósitos por Balcão				
Total (milhares €)	49 726	53 041	59 592	70 122
Taxa de variação anual		6,7%	12,4%	17,7%
Produto Bancário por Balcão				
Total (milhares €)	1 762	1 722	1 673	2 123
Taxa de variação anual		-2,3%	-2,9%	26,9%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior.

^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

^{c)} Apenas custos com pessoal.

Tabela 16: Outros indicadores de eficiência, por dimensão (2018-2021)

	Grande				Média				Pequena			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Número Global de Empregados ^{a)}												
Total	34 431	33 590	32 093	29 345	5 463	5 944	5 875	5 866	6 938	7 249	7 915	8 525
Taxa de variação anual	-	-2,4%	-4,5%	-8,6%	-	8,8%	-1,2%	-0,2%	-	4,5%	9,2%	7,7%
População por Empregado												
Total (número de habitantes)	298	307	321	351	1 881	1 732	1 753	1 756	1 481	1 420	1 301	1 208
Taxa de variação anual	-	2,7%	4,7%	9,4%	-	-7,9%	1,2%	0,2%	-	-4,1%	-8,4%	-7,2%
Ativo Total Médio^{a)} por Empregado												
Total (milhares €)	8 338	8 564	9 310	10 878	4 299	4 166	4 594	4 991	2 729	2 620	2 346	2 492
Taxa de variação anual	-	2,7%	8,7%	16,8%	-	-3,1%	10,3%	8,6%	-	-4,0%	-10,5%	6,2%
Custo Médio ^{a)} por Empregado												
Total (milhares €)	53	54	54	55	22	23	21	24	45	45	43	45
Taxa de variação anual	-	1,3%	-0,1%	2,4%	-	1,5%	-5,8%	12,1%	-	-0,3%	-5,0%	3,8%
Produto Bancário por Empregado												
Total (milhares €)	179	169	158	209	68	67	65	61	120	130	121	120
Taxa de variação anual	-	-5,7%	-6,3%	32,0%	-	-1,7%	-3,5%	-6,3%	-	8,4%	-6,7%	-1,1%
Número de Balcões ^{a)}												
Total	2 951	2 837	2 620	2 328	850	914	896	883	379	318	317	322
Taxa de variação anual	-	-3,9%	-7,6%	-11,1%	-	7,5%	-2,0%	-1,5%	-	-16,1%	-0,3%	1,6%
População por Balcão												
Total (número de habitantes)	3 482	3 629	3 931	4 424	12 090	11 265	11 494	11 663	27 115	32 377	32 487	31 982
Taxa de variação anual	-	4,2%	8,3%	12,5%	-	-6,8%	2,0%	1,5%	-	19,4%	0,3%	-1,6%
Balcões por 100.000 habitantes												
Total (número de balcões)	29	28	25	23	8	9	9	9	4	3	3	3
Taxa de variação anual	-	-4,0%	-7,7%	-11,1%	-	7,3%	-2,0%	-1,5%	-	-16,3%	-0,3%	1,6%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão												
Total (milhares €)	97 286	101 403	114 045	137 123	27 632	27 092	30 123	33 156	49 950	59 719	58 574	65 977
Taxa de variação anual	-	4,2%	12,5%	20,2%	-	-2,0%	11,2%	10,1%	-	19,6%	-1,9%	12,6%
Depósitos por Balcão												
Total (milhares €)	64 916	69 476	79 586	96 919	9 935	10 720	11 008	12 124	20 699	28 056	31 670	35 426
Taxa de variação anual	-	7,0%	14,6%	21,8%	-	7,9%	2,7%	10,1%	-	35,5%	12,9%	11,9%
Produto Bancário por Balcão												
Total (milhares €)	2 087	1 996	1 935	2 629	439	437	425	403	2 200	2 968	3 032	3 180
Taxa de variação anual	-	-4,3%	-3,1%	35,9%	-	-0,5%	-2,8%	-5,1%	-	34,9%	2,2%	4,9%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior ^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

Tabela 17: Outros indicadores de eficiência, por origem/forma de representação legal (2018-2021)

	Doméstica				Filial				Sucursal			
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
Número Global de Empregados ^{a)}												
Total	29 657	29 241	28 148	26 745	12 110	11 872	11 463	10 155	5 065	5 670	6 272	6 836
Taxa de variação anual	-	-1,4%	-3,7%	-5,0%	-	-2,0%	-3,4%	-11,4%	-	11,9%	10,6%	9,0%
População por Empregado												
Total (número de habitantes)	347	352	366	385	849	867	898	1 014	2 029	1 816	1 642	1 506
Taxa de variação anual	-	1,6%	3,9%	5,2%	-	2,2%	3,6%	12,9%	-	-10,5%	-9,6%	-8,3%
Ativo Total Médio ^{a)} por Empregado												
Total (milhares €)	7 666	7 779	8 463	9 597	7 693	7 896	8 353	10 128	1 774	1 805	1 656	1 497
Taxa de variação anual	-	1,5%	8,8%	13,4%	-	2,6%	5,8%	21,3%	-	1,7%	-8,2%	-9,6%
Custo Médio ^{a)} por Empregado												
Total (milhares €)	47	48	47	47	55	54	55	58	39	40	40	41
Taxa de variação anual	-	1,5%	-3,2%	1,7%	-	-2,0%	2,2%	5,8%	-	2,8%	0,1%	2,0%
Produto Bancário por Empregado												
Total (milhares €)	137	143	130	168	231	191	189	234	97	99	93	93
Taxa de variação anual	-	4,1%	-9,2%	29,2%	-	-17,5%	-0,7%	23,5%	-	2,0%	-5,8%	-0,3%
Número de Balcões ^{a)}												
Total	3 067	2 988	2 876	2 737	1 038	994	871	710	75	87	86	86
Taxa de variação anual	-	-2,6%	-3,7%	-4,8%	-	-4,2%	-12,4%	-18,5%	-	16,0%	-1,1%	0,0%
População por Balcão												
Total (número de habitantes)	3 351	3 446	3 581	3 763	9 900	10 358	11 823	14 505	137 022	118 344	119 747	119 747
Taxa de variação anual	-	2,8%	3,9%	5,1%	-	4,6%	14,1%	22,7%	-	-13,6%	1,2%	0,0%
Balcões por 100.000 habitantes												
Total (número de balcões)	30	29	28	27	10	10	8	7	0,7	0,8	0,8	0,8
Taxa de variação anual	-	-2,8%	-3,8%	-4,8%	-	-4,4%	-12,4%	-18,5%	-	15,8%	-1,2%	0,0%
Ativo Total Médio ^{b)} por Balcão												
Total (milhares €)	74 132	76 125	82 830	93 776	89 748	94 307	109 928	144 858	119 826	117 607	120 801	118 968
Taxa de variação anual	-	2,7%	8,8%	13,2%	-	5,1%	16,6%	31,8%	-	-1,9%	2,7%	-1,5%
Depósitos por Balcão												
Total (milhares €)	47 853	50 672	55 766	63 753	55 724	60 838	73 098	97 207	43 343	45 292	50 739	49 209
Taxa de variação anual	-	5,9%	10,1%	14,3%	-	9,2%	20,2%	33,0%	-	4,5%	12,0%	-3,0%
Produto Bancário por Balcão												
Total (milhares €)	1 328	1 400	1 272	1 640	2 700	2 280	2 494	3 347	6 529	6 424	6 769	7 359
Taxa de variação anual	-	5,4%	-9,1%	29,0%	-	-15,6%	9,4%	34,2%	-	-1,6%	5,4%	8,7%

Fonte: IFs, APB.

^{a)} Inclui o número de balcões e colaboradores em Portugal, bem como das sucursais e dos escritórios de representação no exterior ^{b)} Equivale à média aritmética entre o ativo do período n e o ativo do período n-1.

VIII. Análise da Atividade Internacional¹⁹

A análise da atividade internacional foi realizada com base na agregação da atividade consolidada de sete grupos bancários associados (BCP, BPI, CGD, Montepio, Novo Banco, BIG e Haitong). O ativo líquido total da atividade internacional destas IFs ascendeu a 44,1 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 0,8% face a 2020 (-0,4 mil milhões de euros) que reflete a continuidade da prossecução, por parte de algumas IFs, de planos estratégicos que incorporaram alguma redução da sua presença internacional.

O ativo da atividade internacional dos Associados passou a representar 14,3% do ativo total consolidado, o que compara com 16,6% em 2020.

Tabela 18: Evolução do balanço consolidado relativo à atividade internacional (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Ativo Agregado				
Total (milhões €)	48 445	46 057	44 497	44 142
Taxa de variação anual	-	-4,9%	-3,4%	-0,8%
Em % do total do ativo líquido consolidado	18,4%	17,5%	16,6%	14,3%

Fonte: IFs, APB.

Em termos de rentabilidade, o contributo da atividade internacional continuou positivo, tendo o respetivo resultado líquido (RL) totalizado 252 milhões de euros, que compara com 159 milhões de euros obtidos em 2020 (+58,5%).

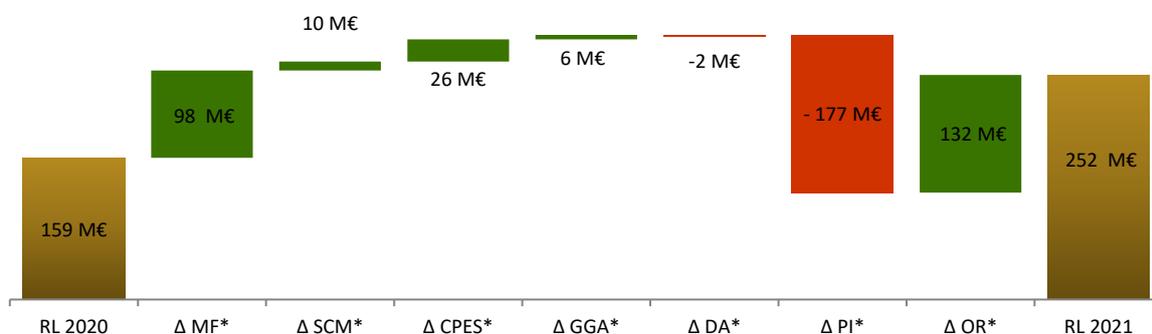
¹⁹ A atividade internacional inclui a atividade desenvolvida pelas filiais.

Tabela 19: Evolução da demonstração dos resultados consolidados relativos à atividade internacional (2018-2021)

	2018	2019	2020	2021
Margem Financeira				
Total (milhões €)	1 164	1 249	1 142	1 240
Taxa de variação anual	-	7,3%	-8,6%	8,6%
Em % do total da margem financeira consolidada	29,7%	30,9%	29,5%	31,6%
Produto Bancário				
Total (milhões €)	1 471	1 688	1 560	1 668
Taxa de variação anual	-	14,8%	-7,6%	6,9%
Em % do total do produto bancário consolidado	25,7%	28,9%	28,4%	26,1%
Custos Operativos				
Total (milhões €)	759	846	759	729
Taxa de variação anual	-	11,6%	-10,4%	-4,0%
Em % do total dos custos operativos consolidados	22,0%	24,1%	23,4%	23,3%
Provisões e Imparidades				
Total (milhões €)	280	327	495	672
Taxa de variação anual	-	16,8%	51,4%	35,8%
Em % do total das provisões e imparidades consolidadas	19,3%	24,0%	18,6%	36,7%
Outros Resultados				
Total (milhões €)	103	-164	-147	-15
Taxa de variação anual	-	s.s.	10,2%	89,8%
Em % do total dos outros resultados consolidados	76,8%	41,0%	74,7%	6,8%
Resultado Líquido				
Total (milhões €)	535	351	159	252
Taxa de variação anual	-	-34,4%	-54,5%	58,5%
Em % do total do resultado líquido consolidado	-516,5%	81,7%	-26,4%	20,9%

Fonte: IFs, APB.

Gráfico 46: Contributo dos componentes do RL da atividade internacional para a variação do mesmo entre 2020 e 2021



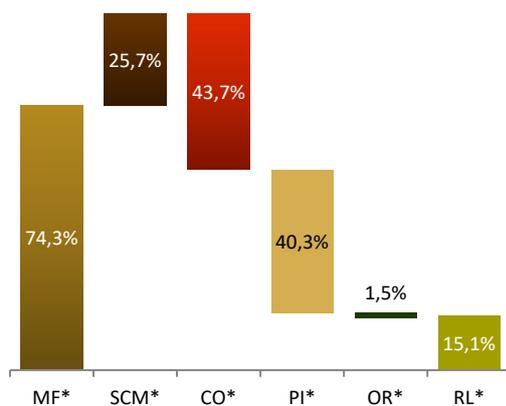
Fonte: IFs, APB.

Nota: * Δ MF – variação da margem financeira; Δ SCM – variação dos resultados de atividades de serviços a clientes e de mercado; Δ CPES – variação dos custos com pessoal; Δ GGA – variação dos gastos gerais administrativos; Δ DA – variação das depreciações e amortizações; Δ PI – variação das provisões e imparidades, Δ OR – variação de outros resultados.

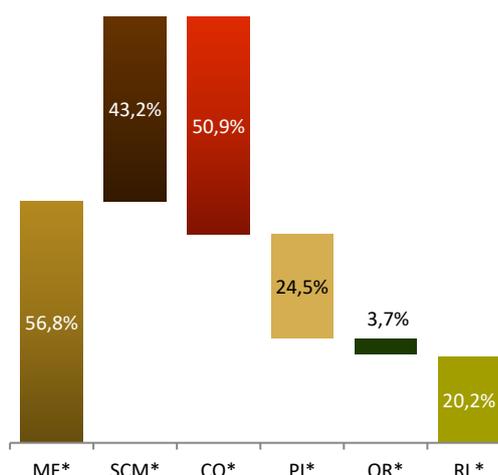
Em termos comparativos, a estrutura de resultados da atividade internacional apresenta diferenças significativas relativamente ao segmento doméstico, sendo de destacar a maior preponderância relativa da margem financeira na atividade internacional e um peso bastante inferior das atividades de serviços a clientes e de mercado e dos custos operacionais. As provisões e imparidades apresentam, em 2021, um peso bastante superior na atividade internacional em comparação com a atividade doméstica, essencialmente devido à constituição de imparidades por parte de um associado, em particular.

Gráfico 47: Decomposição do RL em percentagem do produto bancário, 2021

a) Atividade internacional



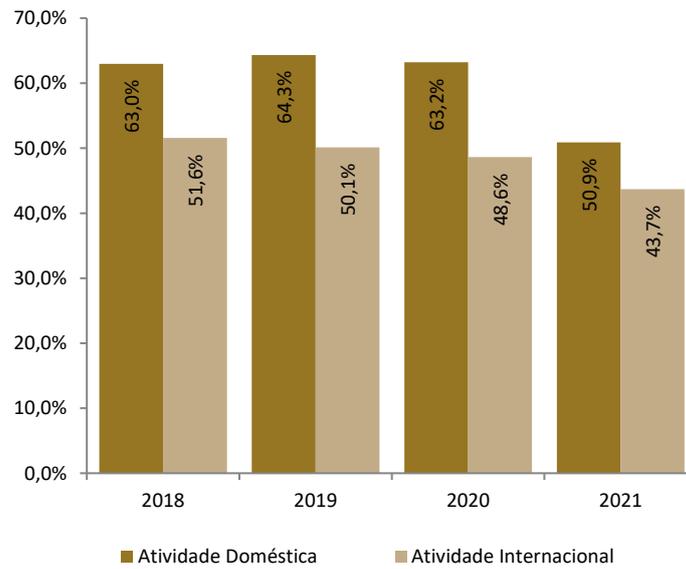
b) Atividade doméstica



Fonte: IFs, APB.

Nota: * MF – margem financeira; SCM – atividades de serviços a clientes e de mercado; CO – custos operacionais; PI – provisões e imparidades; OR – outros resultados; RL – resultado líquido.

Gráfico 48: Rácio de eficiência: atividade doméstica vs. Internacional (2018-2021)



Fonte: IFs, APB.

Nota de Agradecimentos

A Associação Portuguesa de Bancos agradece a todos os Associados o seu contributo para a elaboração do presente Relatório de Análise da Atividade Bancária.

Ao Banco de Portugal, a Associação Portuguesa de Bancos agradece a disponibilização da informação necessária à elaboração da análise de representatividade dos seus Associados no conjunto do sistema bancário português.

A Associação Portuguesa de Bancos agradece também à SIBS – *Forward Payment Solutions* a informação disponibilizada para efeitos da elaboração de parte do capítulo sobre os indicadores de cobertura bancária.

Lista de instituições financeiras que integram o conjunto de Associados da APB

Instituições financeiras – Domésticas

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BIC Português, S.A.	
Banco Comercial Português, S.A.	Grupo Banco Comercial Português
Banco ActivoBank, S.A.	
Banco CTT, S.A.	Grupo Banco CTT
Banco de Investimento Global, S.A.	Grupo Banco de Investimento Global
Banco Finantia, S.A.	Grupo Banco Finantia
Banco Invest, S.A.	Grupo Banco Invest
Banco Carregosa, S.A.	
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (SICAM - Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo)	Grupo Crédito Agrícola
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	
Caixa Económica Montepio Geral	Grupo Caixa Económica Montepio Geral
Montepio Investimento, S.A.	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Grupo Caixa Geral de Depósitos
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	Grupo Caixa – Banco de Investimento
Novo Banco, S.A.	Grupo Novo Banco
BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A.	
Novo Banco dos Açores, S.A.	

Instituições financeiras – Filiais

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BPI, S.A.	Grupo BPI
Banco Credibom, S.A.	Grupo Banco Credibom
Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta, SGPS, S.A.
Haitong Bank, S.A.	Grupo Haitong Bank

Instituições financeiras – Sucursais

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
ABANCA Corporación Bancaria, S.A. – Sucursal em Portugal	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	
Bankinter, S.A. – Sucursal em Portugal	
BNP Paribas – Sucursal em Portugal	
BNP Paribas Securities Services, S.A. – Sucursal em Portugal	
Deutsche Bank, AG – Sucursal em Portugal	
WiZink Bank, S.A. – Sucursal em Portugal	

Fonte: APB.

APB ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE BANCOS

Associação Portuguesa de Bancos
Avenida da República 35 - 5º | 1050-186 Lisboa | Portugal
Tel. 21 351 00 70 | Fax. 21 357 95 33 | apbancos@apb.pt | www.apb.pt